

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23759.007810/2026-77

TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA SAÚDE - LABORATÓRIO - AQUISIÇÃO DE REAGENTES COM A LOCAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS AUTOMATIZADOS

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Este Termo de Referência tem como objeto aquisição de Produtos para Saúde - **AQUISIÇÃO DE REAGENTES DA BACTERIOLOGIA, COM FORNECIMENTO CONTÍNUO E SOB DEMANDA, DESTINADOS À REALIZAÇÃO DE TESTES DE UROANÁLISE, COM A LOCAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS AUTOMATIZADOS (ANALISADORES), TOTALMENTE INTEGRADOS, SISTEMA DE INTERFACEAMENTO, SISTEMA DE CONTROLE DE QUALIDADE**, a fim de atender às necessidades do Complexo do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, integrante da Rede HU Brasil, Unidade Gestora (UG) 155902, pertencente à Rede HU Brasil, por um período de 36 (trinta e seis) meses, prorrogável por até 5 anos, conforme especificações e demais condições estabelecidas neste instrumento, através de licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO TRADICIONAL**.

1.2. Os reagentes para os exames de Uroanálise de que trata este termo, estão abaixo especificados distribuídos em:

1.2.1. **GRUPO ÚNICO** - totaliza 02 (dois) Insumos e 02 (dois) equipamentos - devido a compatibilidade entre os itens e os equipamentos, conforme especificações neste Termo de Referência e seus anexos.

1.2.1.1. **Locação:** itens 3 e 4, sendo: 01 (um) equipamento de automação para análise de sedimento urinário acoplado à (01) um equipamento de automação para análise química de urina, conforme requisitos e condições previstos neste Termo de Referência.

1.3. A descrição detalhada do objeto e a estimativa de consumo constam no **Anexo I** - Descrição Detalhada e Quantitativos do Objeto, onde os licitantes poderão visualizar as seguintes informações:

- I - descrição detalhada de cada item;
- II - apresentação;
- III - código do Catálogo Padronizado de Materiais do Governo Federal - Catmat;
- IV - código interno de padronização da empresa - Código HU Brasil;
- V - código interno do Sistema de Controle de Estoque - Código AGHUX;
- VI - quantidade estimada para a UASG 155902 - Órgão Gerenciador;
- VII - quantidade estimada para cada UASG participante, quando aplicável;
- VIII - quantidade estimada para UASG 155007 - HU Brasil - Administração Central, como Reserva Técnica, quando aplicável;
- IX - itens de participação exclusiva de ME/EPP, quando aplicável;
- X - Intervalo Mínimo de Lances que será utilizado na Fase de Seleção de fornecedores.

1.4. Os produtos apresentados no **Anexo I** caracterizam-se como materiais de consumo. Adicionalmente, se enquadram como de natureza comum, tendo em vista que possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado, conforme do Anexo I, inciso X, do RCC 3.0.

1.5. A aquisição de produtos para saúde é classificada como contratação de natureza continuada, nos termos do art. 191, inciso I, do RCC 3.0, tendo em vista tratar-se de fornecimento essencial e permanente ao funcionamento do hospital. O consumo ocorre de forma recorrente, exigindo reposição sistemática para assegurar a continuidade dos serviços assistenciais e evitar desabastecimento.

1.6. O prazo de **vigência do contrato será de 36 (trinta e seis) meses**, prorrogável até o limite de 5 (cinco) anos. Tal medida visa contribuir para mitigar os riscos relacionados à necessidade de uma eventual nova contratação do mesmo objeto, atendendo, assim, aos princípios da economicidade, razoabilidade, competitividade e interesse público.

1.6.1. Opta-se pela fixação de vigência inicial do contrato em 36 (trinta e seis) meses, em divergência ao prazo usual de 12 meses, com fundamento na necessidade de conferir maior atratividade ao certame, em consonância com a prática de mercado para bens, de fornecimento contínuo, regular, essenciais à assistência à saúde, dessa natureza. Tal medida contribui para a mitigação de riscos relacionados à eventual necessidade de nova contratação em curto prazo, além de observar os princípios da economicidade, razoabilidade, competitividade e do interesse público, conforme entendimento consolidado no Acórdão 3320/2013 - Segunda Câmara.

1.7. O contrato poderá ser renovado por até cinco anos, sendo renovados **não apenas o prazo, mas também os quantitativos anuais**, após os 36 meses.

1.8. Será formalizado:

1.8.1. TERMO DE COMODATO

1.8.1.1. Haverá conforme **Anexo VI**, para os computadores, periféricos e impressoras.

1.8.2. TERMO DE CONTRATO - FORNECIMENTO CONTINUADO DE BENS RECORRENTES

1.9. A aquisição dos produtos para saúde - materiais de laboratório, será realizada conforme a conveniência do HU Brasil, mediante a formalização do respectivo termo de contrato. Esse contrato terá vigência de 36 (trinta e seis) meses, podendo ser prorrogados, nos termos do art. 71, caput, da Lei nº 13.303/2016, e do art. 188 do RCC 3.0, tanto o prazo quanto os quantitativos anuais.

1.10. Caso haja divergência entre os descritivos dos itens neste Termo de Referência e Anexos e no Portal de Compras do Governo Federal, prevalecerá o descritivo constante no Termo de Referência e Anexos.

1.11. Informações complementares a este Termo de Referência constarão no Edital e no Contrato.

1.12. As cláusulas especiais estão melhor descritas no item 3.7, juntamente com as especificações da locação.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. O HU Brasil foi criada por meio da Lei nº 12.550/2011 como uma empresa pública vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com a finalidade de prestar serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como prestar às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública.

2.2. O HU-UFPR integrante da Rede HU Brasil, onde atua para prestar assistência médica de média e alta complexidade aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) do Município de Curitiba/PR e localidades, observando a contratualização de serviços junto aos gestores de saúde.

2.3. Não obstante, conforme apresentado pela Anvisa no Manual de Tecnovigilância - abordagens de vigilância sanitária de produtos para a saúde comercializados no Brasil, a tecnovigilância é o sistema de vigilância de eventos adversos e queixas técnicas de produtos para a saúde na fase de pós comercialização com vistas a recomendar a adoção de medidas que garantam a proteção e a promoção da saúde da população.

2.4. Destaca-se que esta contratação abrange produtos para a saúde, objeto da tecnovigilância, compreendendo: equipamento, aparelho, material, artigo ou sistema de uso ou aplicação médica, odontológica ou laboratorial, destinado à prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação ou anticoncepção, e que não utiliza meio farmacológico, imunológico ou metabólico para realizar sua principal função em seres humanos, podendo, entretanto, ser auxiliado em suas funções por tais meios (RDC nº 751/2022), bem como produto para diagnóstico de uso in vitro (RDC nº 830/2023).

2.5. A aplicação das tecnologias em saúde é fundamental para aprimorar a qualidade dos serviços prestados à população, promovendo melhores resultados clínicos, maior eficiência operacional e segurança no cuidado ao paciente. Essas tecnologias abrangem desde equipamentos médicos, como tomógrafos e respiradores, até sistemas de informação em saúde, soluções digitais, produtos para a saúde e medicamentos. Quando utilizadas de forma adequada, contribuem para a tomada de decisões mais assertivas, a otimização dos recursos disponíveis e a ampliação do acesso a serviços de saúde qualificados.

2.6. A incorporação dessas tecnologias deve ocorrer com base em critérios técnicos e científicos, considerando aspectos como eficácia clínica, custo-efetividade e impacto no sistema de saúde. Isso torna essencial a realização de Avaliações de Tecnologias em Saúde (ATS) antes da aquisição ou implementação de qualquer recurso tecnológico, a fim de garantir que ele traga reais benefícios à população e seja compatível com a estrutura disponível.

2.7. Nesse contexto, destaca-se a importância da contratação adequada das tecnologias em saúde. Processos de aquisição mal-conduzidos, sem respaldo técnico ou alinhamento com as necessidades reais da rede de saúde, podem levar ao desperdício de recursos públicos, à subutilização de equipamentos, à elevação de custos operacionais e até a exposição dos pacientes a riscos evitáveis. Além disso, a ausência de suporte técnico, manutenção adequada e capacitação das equipes compromete o uso eficaz das tecnologias adquiridas.

2.8. O HU Brasil, seguindo sua Política de Compras Centralizadas, passou a adotar o processo de pré-qualificação de produtos e marcas. Essa medida tem como objetivo garantir produtos previamente avaliados e considerados tecnicamente adequados nos processos licitatórios. A pré-qualificação assegura maior controle de qualidade, padronização e segurança, além de otimizar o processo de aquisição, reduzindo o risco de contratações inadequadas e promovendo maior eficiência na gestão pública.

2.9. Ainda mais, pode-se afirmar que a aquisição de produtos para saúde deve seguir critérios que assegurem sua eficácia, segurança e viabilidade operacional. Também é fundamental que, após a incorporação, essas tecnologias sejam monitoradas por meio de sistemas como a tecnovigilância, para acompanhamento de eventos adversos e queixas técnicas relacionadas à produtos para saúde em uso. Esse processo permite a detecção precoce de falhas, a adoção de medidas corretivas e a prevenção de novos incidentes, promovendo a proteção e a promoção da saúde da população.

2.10. A Lei nº 8.080/1990, em seu artigo 6º-A, inciso I, alínea d, estabelece como uma das atribuições do Sistema Único de Saúde - SUS a formulação da política de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos e outros insumos de interesse para a saúde. Sendo a aquisição desses insumos uma das medidas que abrange práticas focadas na promoção, proteção e recuperação da saúde.

2.11. Excluindo-se os equipamentos médicos hospitalares, sob a perspectiva das aquisições e da gestão de suprimentos, os produtos para saúde são organizados pelo HU Brasil em grupos específicos, tais como:

- I - agulhas e seringas;
- II - equipos e cateteres;
- III - tubos e sondas;
- IV - drenos e cânulas;
- V - fios cirúrgicos, telas cirúrgicas e hemostáticos;
- VI - bolas de colostomia, curativos e adjuvantes;
- VII - materiais para diagnóstico e imagem;
- VIII - saneantes, antissépticos e materiais para cme (esterilização);
- IX - materiais para nefrologia;
- X - materiais para o bancos de sangue;
- XI - **materiais para laboratório;**

- XII - materiais para odontologia ;
- XIII - materiais médicos hospitalares de uso geral;
- XIV - EPIs Assistenciais.;
- XV - Instrumentais (Caixa e Vídeo);
- XVI - insumos e acessórios para monitores multiparamétricos;
- XVII - insumos e acessórios para oxímetros e cardioversores;
- XVIII - insumos e acessórios para gasoterapia;
- XIX - acessórios médicos;
- XX - insumos e acessórios para ventilação mecânica;
- XXI - papéis e outros acessórios para equipamentos hospitalares;
- XXII - filtros e outros insumos para equipamentos hospitalares e osmose;
- XXIII - lâmpadas especiais ;
- XXIV - insumos e acessórios para eletrocirurgia e eletroprocedimentos.

2.12. A gestão de produtos para saúde é um grande desafio, seja por conta da grande variedade de materiais de consumo, seja pela necessidade de eficiência na utilização dos recursos disponíveis, sendo imprescindível a correta aquisição desses produtos.

2.13. Tendo em vista que os produtos para saúde são recursos estratégicos que apoiam as ações de saúde, e cuja falta pode levar a interrupções no tratamento, comprometendo a qualidade de vida dos usuários e a confiança nos serviços e no sistema de saúde como um todo, torna-se essencial garantir seu acesso contínuo e seguro.

2.14. Portanto, é relevante ressaltar que a aquisição de produtos para saúde é fundamental para gerar um fornecimento seguro desses produtos aos pacientes no âmbito hospitalar, ambulatorial e pós alta, em conformidade com diretrizes assistenciais. Assim, procura-se assegurar a continuidade da assistência aos internos e atendidos da instituição, cumprindo as demandas dos serviços médicos de acordo com os protocolos clínicos. Com o objetivo de garantir o abastecimento do estoque hospitalar, e a prestação de serviços de saúde com qualidade, segurança e regularidade, conforme estabelecido no SUS e na legislação vigente.

2.15. Nesse contexto, a compra recorrente de produtos para saúde é essencial para reabastecer os estoques dos hospitais que integram a Rede HU Brasil. Isso visa garantir o funcionamento adequado das operações das atividades organizacionais e cumprir a missão de promover de maneira integrada o ensino, a pesquisa, a extensão e a assistência aos usuários do SUS.

2.16. Destaca-se ainda que o objeto desta contratação possui característica de demanda recorrente, com previsão de entregas constantes e conforme conveniência do HU Brasil, observando as coberturas e giros de estoque, bem como estratégias de compras.

2.17. A demanda apresentada contempla uma definição prévia de produtos para compra durante o exercício, estando os mesmos inseridos no Plano Anual de Compras (PAC), respeitados os prazos de início do planejamento da contratação apontados pelo RCC 3.0, bem como no Plano de Aplicação de Recursos/Acordo Organizativo de Compromissos (AOC), conforme o **Processo** 23759.043650/2025-49.

2.18. No contexto do planejamento estratégico do HU Brasil que resultou no Mapa Estratégico 2024-2028, vislumbra-se o alinhamento da contratação proposta com as necessidades e expectativas da instituição, de acordo com as finalidades da empresa e com as temáticas que tratam das políticas de governança e sustentabilidade. Veja-se:

- I - **Propósito:** Saúde, ensino, pesquisa e inovação a serviço da vida e do SUS.
- II - **Visão Estratégica:** Consolidar-se como uma rede de hospitais universitários de excelência para o SUS.
- III - **Valores:** Ética, integridade e transparência; Compromisso com universalidade, integralidade e fortalecimento do SUS; Promoção da equidade, respeito à diversidade e aos direitos humanos; Ensino, pesquisa e inovação comprometidos com as necessidades do país; Valorização do papel social do trabalho em saúde e dos trabalhadores.
- IV - **Pilares/Objetivos estratégicos**
 - a) **Sociedade:**
 - OE02 - Qualificar o cuidado hospitalar;
 - OE04 - Participar da implementação da Política Nacional de Atenção Especializada e do esforço de redução de filas;
 - OE05 - Aprimorar as condições de ensino e os cenários de prática.
 - b) **Responsabilidade ambiental, social e governança:**
 - OE12 - Promover sustentabilidade ambiental e responsabilidade social em Rede.
 - c) **Desenvolvimento institucional:**
 - OE16 - Fortalecer o reconhecimento da imagem pública do HU Brasil.
 - d) **Sustentabilidade financeira:**
 - OE21 - Aprimorar os processos de compras e contratações.

2.19. Adicionalmente, a contratação está vinculada ao **Plano Diretor Estratégico** 2024-2028 do HU-UFPR integrante da Rede HU Brasil, **conforme o Processo SEI nº** 23759.015755/2024-27, e à política pública de assistência à saúde no âmbito do SUS, conforme o Instrumento Formal de Contratualização nº 867/05-FMS, firmado com o Município de Curitiba/PR, por intermédio da Secretaria de Saúde, para integrar a Rede de Atenção à Saúde.

2.20. Registra-se que esta aquisição constitui atividade de suporte ao atingimento de resultados nas políticas públicas e à

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Modelo de Contratação

3.1.1. As contratações do HU Brasil podem ser realizadas por meio dos seguintes arranjos organizativos:

- I - compra centralizada;
- II - compra regionalizada;
- III - compra individualizada.

3.1.2. Destaca-se que esta contratação se enquadra no modelo de compra individualizada.

3.1.3. Esta contratação utilizou como referência o Catálogo Eletrônico de Padronização da Rede HU Brasil, conforme o Anexo I deste termo de referência, de forma a garantir a eficiência e as boas práticas de gestão.

3.1.4. Registra-se que o Catálogo Eletrônico de Padronização está disponibilizado por meio eletrônico no sítio do HU Brasil e tem a composição mínima dos seguintes elementos:

- I - código do bem ou serviço adotado pelo HU Brasil;
- II - descrição detalhada;
- III - grupo e subgrupo, no que couber.

3.1.5. A solução identificada para atendimento do objeto foi a adoção da modalidade de licitação denominada pregão, na forma eletrônica, com base no art. 6º, inciso IV, do RCC 3.0.

3.1.6. A adoção de pregão tradicional para essa aquisição tem justificativa pela natureza permanente e recorrente da demanda do objeto. Os produtos para saúde são itens essenciais para garantir a continuidade do atendimento aos pacientes e a manutenção do estoque regulador do HU Brasil, cuja reposição depende de fatores muitas vezes imprevisíveis, como aumento de consumo, sazonalidades e variações epidemiológicas.

3.1.7. Observando ainda os princípios da eficiência, economicidade e continuidade dos serviços públicos de saúde, o Pregão se torna mais vantajoso pelas seguintes razões:

- I - racionalização dos procedimentos licitatórios, reduzindo o número de processos e custos administrativos;
- II - mitigação de riscos de contratações emergenciais, decorrentes de oscilações de demanda ou atrasos no fornecimento;
- III - maior previsibilidade de quantidades e entregas, facilitando planejamento e controle de estoque;
- IV - contratação imediata e com obrigações claramente definidas, garantindo segurança jurídica e continuidade do fornecimento;
- V - obtenção de economia de escala, já que a contratação pode alcançar até 5 anos no pregão tradicional, em vez do limite de 2 anos da ARP, tornando o contrato mais atrativo aos fornecedores, favorecendo preços mais competitivos e maior previsibilidade orçamentária.

3.1.8. Justificativa formação Grupo Único - devido a compatibilidade entre os itens e o equipamento, conforme especificações neste Termo de Referência.

3.1.9. O critério de julgamento será o de menor preço global, respeitando-se os valores unitários, nos termos do RCC 3.0.

3.1.10. Considerando que não se trata da primeira licitação para aquisição do objeto, e que é possível mensurar a demanda, o Pregão eletrônico indicará o total do quantitativo a ser adquirido.

3.2. Os dados relacionados ao órgão são:

Macrorregião	UG	Descrição	UF	Sigla UF	Endereço de Entrega
SUL	155902	Complexo do Hospital de Clínicas da UFPR	Paraná	PR	Doca de Recebimento de Materiais do Almoarifado, Rua Padre Camargo, s/n, fundos do Hospital (em frente ao nº 453) - Alto da Glória, Curitiba/PR, CEP 80060-240, das 08:00 às 17:00 horas, de segunda à sexta-feira, em dias úteis.

3.3. Estudo Técnico Preliminar e Análise de Riscos

3.3.1. O RCC 3.0, especificamente em seu art. 20, diz que o planejamento de cada contratação consistirá na instrução de processo administrativo contendo documentação capaz de materializar as seguintes etapas:

- I - estudo técnico preliminar;
- II - pesquisa de preços;
- III - termo de referência; e
- IV - gerenciamento de riscos.

3.3.2. Sendo assim, como regra, é obrigatória na instrução processual que as Equipes de Planejamento da Contratação (EPC) realizem estudo técnico preliminar (ETP), bem como gerenciamento de riscos em todas as contratações realizadas pelos hospitais da Rede HU Brasil, visto à natureza predominantemente de serviço, envolvendo a locação de equipamentos e a prestação de serviços correlatos.

3.3.3. O gerenciamento de riscos relacionado à fase de execução contratual está instruído por meio do Anexo II - Análise de Riscos Execução do Contrato.

3.4. Ciclo de Vida do Objeto

3.4.1. O ciclo de vida do objeto se inicia com a fase do planejamento, em que é realizada uma avaliação detalhada da necessidade e especificações técnicas baseadas no Catálogo Eletrônico de Padronização da Rede HU Brasil, ferramenta utilizada para subsidiar a escolha dos produtos para fins de atendimento aos protocolos clínicos do HU Brasil. Essa etapa assegura que os materiais adquiridos sejam eficazes, seguros e de comprovada relevância assistencial. Adicionalmente, é realizada a análise do impacto econômico, social e ambiental do bem.

3.4.2. Em seguida, ocorre a programação e a aquisição, nas quais são definidas as quantidades e periodicidades de fornecimento com base em dados históricos de consumo, indicadores de estoque e previsão de demanda futura.

3.4.3. A etapa posterior envolve a gestão de almoxarifados, contemplando os processos recebimento, armazenamento, movimentação interna, distribuição e dispensação dos materiais, garantindo condições adequadas de conservação e rastreabilidade, conforme a legislação vigente. A logística deverá assegurar o atendimento contínuo do HU Brasil, bem como o controle de lotes e validade dos produtos, mitigando o risco de perdas.

3.4.4. Durante a utilização e controle de consumo dos produtos são realizados o monitoramento das movimentações, promovendo o uso racional e eficiente dos materiais. São observados aspectos de tecnovigilância e indicadores de desempenho, permitindo ajustes futuros nas fases de seleção e programação.

3.4.5. O ciclo se encerra com o descarte dos produtos vencidos ou inutilizados, em conformidade com a legislação vigente, assegurando a destinação final ambientalmente correta e o cumprimento das normas sanitárias.

3.4.6. Dessa forma, a solução proposta pelo HU Brasil engloba um processo planejado, padronizado e sustentável, garantindo a disponibilidade regular de produtos para saúde essenciais, a segurança dos usuários e a eficiência na gestão dos recursos públicos, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e transparência que regem a Administração Pública.

3.5. COMODATO

3.5.1. **Computadores, Periféricos e Impressoras:** a contratada deverá fornecer **2 (dois) computadores**, ou quantos necessários, e seus periféricos, **uma impressora a laser, um nobreak** em linha de fabricação, toner para impressora a laser, papel ofício ou similar, conforme demanda técnica, em quantidade suficiente para o período contratual. **Leitores de Códigos de Barras:** a contratada deverá fornecer **1 (um) leitor de código de barra fixo**, com capacidade de leitura de códigos 1D e 2D; os leitores deverão ser compatíveis com os sistemas de informática vigentes no HU-UFPR integrante da Rede HU Brasil.

3.5.2. A contratada deverá entregar os computadores, periféricos e impressoras em conjunto ao objeto e de acordo com o cronograma estabelecido no item 5.8.1 neste termo de referência.

3.5.3. A contratada deverá disponibilizar Nota Fiscal de Remessa em Comodato, contendo o quantitativo, descritivo do bem comodatado, número de série e demais informações que facilitem o controle.

3.5.4. Constará no Termo de Comodato o valor do bem comodatado, que será registrado conforme previsão da nota fiscal de compra do equipamento, não sendo válido, para tal finalidade, a inclusão do valor presente de Nota Fiscal de Remessa do bem comodatado.

3.5.5. Fica a cargo da contratada prestar assistência técnica e durante todo o período do comodato.

3.5.6. A contratada responderá por todos os custos relacionados à troca de peças nos computadores, periféricos e impressoras, de caráter corretivo e preventivo, incluindo os casos de falhas fortuitas relacionadas a possíveis variações na rede elétrica;

3.5.7. A contratada realizará a retirada dos computadores, periféricos e impressoras no prazo de 30 (trinta) dias após ser notificada pelo HU-UFPR integrante da Rede HU Brasil.

3.5.8. Será formalizado um Termo de Comodato conforme **Anexo VI**, cuja vigência será de 36 meses, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 188 do RCC 3.0.

3.6. LOCAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

3.6.1. Os **itens 03 e 04, serão em regime de locação** e a empresa vencedora deverá ofertar os seguintes equipamentos **automatizados, totalmente integrados, sistema de interfaceamento, sistema de controle de qualidade, compreendendo também o fornecimento de consumíveis (etiquetadoras e insumos), acessórios e manutenção preventiva e corretiva**, conforme descrição e requisitos neste Termo de Referência:

3.6.1.1. **Item 3 - ANALISADOR AUTOMÁTICO PARA SEDIMENTO URINÁRIO;**

3.6.1.2. **Item 4 - ANALISADOR AUTOMÁTICO PARA TESTES QUÍMICOS DE AMOSTRAS DE URINA;**

3.6.2. A contratada deverá entregar o equipamento objeto do aluguel no prazo estabelecido no cronograma previsto no item 5.8.1 deste termo de referência.

3.6.3. A contratada deverá entregar os equipamentos do aluguel, sendo vedada a disponibilização do insumo sem o(s) devido(s) equipamento(s) e/ou acessórios, de acordo com o cronograma estabelecido no item 5.8.1 neste termo de referência.

3.6.4. A **entrega do equipamento** deverá ser efetuada no Laboratório de Bacteriologia, situado à rua Padre Camargo, 280, primeiro andar no horário das 08:00 às 12:00 horas e 13:00 às 17:00 horas, em dias úteis, conforme endereços constantes neste Termo de Referência. Considerando tratar-se de equipamento de grande porte e elevado peso, a contratada deverá providenciar estrutura adequada para transporte e instalação segura.

3.6.5. A contratada deverá apresentar para o equipamento o certificado de registro do produto emitido pela agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA (cópia da publicação no Diário Oficial da União do Registro do produto ou impressão da página de consulta do sítio da ANVISA) em conformidade a Resolução - RDC nº 751/2022 e Resolução - RDC nº 545/2021, que deverá estar anexo à proposta.

3.6.6. A contratada deverá garantir que o equipamento atenda às normas técnicas aplicáveis, especificações contratuais e regulamentações sanitárias/ambientais pertinentes.

3.6.6.1. No caso dos equipamentos enviados não observarem as especificações indicadas, a contratada se responsabilizará pela sua substituição, sob pena de aplicação das sanções descritas no contrato, respeitando o prazo total para completa

implantação e início da rotina, conforme o cronograma estabelecido no item 5.8.1 deste termo de referência.

3.6.7. O equipamento deverá ser entregue com a identificação do nome e número de patrimônio registrado no âmbito da contratada, se existente.

3.6.8. Os equipamentos deverão ser novos, para primeira utilização, estar em perfeitas condições de funcionamento, devidamente revisado, calibrado e com certificações técnicas vigentes.

3.6.9. A contratada deverá fornecer todos os manuais técnicos, instruções de operação, especificações técnicas e documentação necessária ao uso adequado do equipamento em língua portuguesa.

3.6.10. Fica a cargo da contratada prestar assistência técnica especializada durante todo o período da locação, incluindo treinamento inicial dos servidores que operarão o equipamento.

3.6.10.1. Os treinamentos deverão ser realizados em quantidade e frequência suficientes, de modo a capacitar aproximadamente 18 (dezoito) profissionais envolvidos na utilização do equipamento, cobrindo os 03 (três) turnos de trabalho (manhã, tarde e noite), conforme cronograma a ser aprovado pela contratante após a contratação.

3.6.10.2. O HU-UFPR integrante da Rede HU Brasil poderá prever a execução do treinamento dos usuários em tempo oportuno e antecipado em relação à efetiva entrada do equipamento em uso na rotina assistencial, com vistas a assegurar a capacitação dos usuários e a mitigar riscos para os pacientes.

3.6.10.3. O treinamento técnico consistirá de uma parte teórica, com detalhamento técnico dos equipamentos, e uma parte prática, a ser efetuada no próprio equipamento, buscando sedimentar sua correta utilização, os conhecimentos teóricos adquiridos, bem como identificar os defeitos mais comuns e suas prováveis soluções.

3.6.10.4. Anualmente, caso demandado pelo HU-UFPR integrante da Rede HU Brasil, deverá ser realizado treinamento de reciclagem na operação dos equipamentos nos três turnos de trabalho, caso necessário.

3.6.11. A contratada deverá ser responsável por toda a manutenção preventiva e corretiva, além de eventuais intervenções recomendadas pelo fabricante e substituição de peças no equipamento fornecido na locação, de forma a conservá-los em perfeito estado de funcionamento, sem ônus para a HU Brasil.

3.6.12. As manutenções preventivas serão realizadas conforme cronograma técnico estabelecido/orientações do fabricante.

3.6.13. As manutenções corretivas serão solicitadas mediante a abertura de chamados por correio eletrônico e/ou telefone.

3.6.14. a manutenção corretiva imprescindível para o restabelecimento do funcionamento do equipamento alugado deverá ser realizada no prazo máximo de 12 (doze) horas, contadas a partir da comunicação formal da falha pelo HU Brasil à contratada, conforme detalhado no item 5.6 deste Termo de Referência.

3.6.15. caso o prazo descrito no subitem anterior seja ultrapassado, a contratada se compromete a fornecer outros equipamentos de mesma qualidade e especificações técnicas, em substituição ao equipamento originalmente entregue, até que o reparo seja concluído, assegurando a continuidade do uso pelo HU-UFPR integrante da Rede HU Brasil, sem qualquer custo adicional.

3.6.16. A contratada responderá por todos os custos relacionados à troca de peças nos equipamentos, de caráter corretivo e preventivo, incluindo os casos de falhas fortuitas relacionadas a possíveis variações na rede elétrica;

3.6.17. A contratada realizará a retirada dos equipamentos disponibilizados em aluguel no prazo de 30 (trinta) dias após ser notificada pelo HU-UFPR integrante da Rede HU Brasil.

3.6.18. A contratada vai se responsabilizar por todas as despesas referentes a impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, inclusive o custo comercial, inerentes ao objeto.

3.6.19. A contratada deverá ainda:

I - manter estoque mínimo de peças de reposição e insumos para atendimento emergencial em até 24 (vinte e quatro) horas;

II - disponibilizar canal de atendimento técnico 24 (vinte e quatro) horas para suporte e emergências.

3.6.20. Quando for solicitado algum tipo de serviço, os técnicos disponibilizados pela contratada deverão se apresentar obrigatoriamente identificados com crachá, uniforme da empresa e com todas as ferramentas necessárias à execução dos serviços. Em seguida, os mesmos serão conduzidos até o local onde se encontra os equipamentos.

3.6.21. Os serviços de manutenção deverão ser realizados nas dependências do hospital, de preferência e caso seja possível, no local onde o mesmo se encontra em funcionamento de 08:00 às 12:00 horas e 13:00 às 17:00 horas, em dias úteis, conforme endereços constantes neste Termo de Referência. Atendimentos fora destes dias e horários poderão ocorrer de comum acordo entre HU Brasil e contratada.

3.6.22. Após a realização de cada manutenção preventiva, a contratada deverá fornecer e afixar uma etiqueta adesiva na qual deverá constar as datas da última e da próxima manutenção preventiva, além da identificação do técnico responsável pelo serviço e preencher o prontuário dos equipamentos, com todas as informações referentes a esta manutenção.

3.6.23. Após cada manutenção, deverá ser emitido e entregue ao Fiscal de Contrato cópia do relatório individual assinado com identificação de seu emissor, onde constem as condições de operação e funcionamento do equipamento e seus componentes.

3.6.23.1. O HU Brasil não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratado, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

3.6.24. O HU Brasil irá designar um empregado público, servidor efetivo cedido ou em exercício no HU Brasil para tratar de todos os assuntos relacionados ao objeto junto à contratada.

3.7. Cláusulas Especiais

3.7.1. A empresa deverá fornecer em regime de comodato os computadores, periféricos e impressoras, conforme consta no item 3.5 deste Termo de Referência.

4. ESTIMATIVA DE DEMANDA

4.1. Cálculo da Demanda

4.1.1. A respeito das quantidades, essa contratação previu, observando o art. 120 do RCC 3.0, o consumo e utilização prováveis, cuja estimativa foi obtida, mediante a observação do consumo histórico, posição de estoque de cada produto, admitido o fornecimento contínuo.

4.1.2. O levantamento da estimativa mensal de exames de urina e testes de sedimento urinário e químicos, previsto pela área técnica de acordo com o volume de atendimentos de pedidos de exames dentro de uma série histórica da seção de bacteriologia.

4.1.3. Quantitativo ideal, inclusive que cubra demandas imprevistas como aberturas de novos serviços, ampliação nos atendimentos, surtos endêmicos sazonais ou epidemiológicos, e outras situações não mensuráveis na oscilação da demanda, é acrescentado uma pequena margem de segurança. Em paralelo à essa análise foi realizada consulta à área demandante com o objetivo de refinar e promover os ajustes necessários na definição das quantidades, conferindo maior robustez ao planejamento realizado:

4.1.3.1. Imprevisibilidade da demanda: A mudança de fluxos, atualização de protocolos clínicos, sazonalidades ou variações epidemiológicas que podem provocar aumentos inesperados no consumo dos produtos, tornando necessário prever uma margem para evitar desabastecimentos.

4.1.3.2. Flexibilidade para ajustes: Essa margem viabiliza uma aquisição mais ampla pelo HU Brasil, caso necessário, permitindo ajustes de quantitativos ao longo da vigência do contrato, conforme a necessidade real vai se configurando.

4.1.3.3. Segurança operacional: A margem protege o trabalho operacional do HU Brasil contra riscos vinculados à insuficiência de estoques, evitando falhas não fornecidas e a consequente paralisação de serviços essenciais.

4.1.3.4. Boa prática em Gestão de Compras e Suprimentos: essa margem é tecnicamente aceitável e considerada razoável na literatura. Adicionalmente, é aceita como parâmetro de órgãos de controle;

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Critérios de Sustentabilidade

5.1.1. Observando o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União - AGU, serão adotados os seguintes critérios de sustentabilidade:

I - Embalagens e materiais

- a) Dar preferência a produtos acondicionados em embalagens recicláveis, biodegradáveis ou de fácil separação de componentes.
- b) Utilizar embalagens com volume mínimo necessário, reduzindo o uso de insumos e o impacto no descarte.
- c) Evitar o uso de materiais nocivos ao meio ambiente (como PVC, chumbo, cádmio e outros metais pesados acima dos limites previstos em diretivas ambientais internacionais).

II - Produção e origem dos produtos

- a) Priorizar produtos de fabricantes regularizados junto à Anvisa, com boas práticas de fabricação certificadas, que adotem medidas de eficiência energética, reaproveitamento de resíduos e reduzam a emissão de poluentes em seus processos industriais.
- b) Estimular a aquisição de materiais produzidos com matérias-primas de origem legal e sustentável, observando o cumprimento das legislações ambientais e trabalhistas.

III - Logística e transporte

- a) Sempre que possível, utilizar logística reversa ou sistemas de recolhimento de produtos vencidos ou inservíveis, conforme preveem as Resoluções Conama nº 358/2005 e RDC/Anvisa nº 222/2018
- b) O transporte e armazenamento dos produtos deverão seguir as condições adequadas de temperatura, umidade e segurança, evitando perdas, contaminação ou exposição desnecessária.

IV - Gestão e destinação final

- a) As unidades de saúde deverão destinar produtos vencidos ou fora de uso a empresas licenciadas para tratamento e incineração de resíduos, garantindo destinação ambientalmente adequada.
- b) A contratada deverá apresentar, sempre que solicitado, comprovante de destinação dos resíduos químicos oriundos da fabricação, transporte ou recolhimento de produtos.

V - Aspectos sociais e institucionais

- a) Incentivar o cumprimento de normas trabalhistas e de segurança, conforme a NR 32 do Ministério do Trabalho, que trata da segurança em serviços de saúde.
- b) Evitar práticas discriminatórias e promover condições éticas e seguras em toda a cadeia de fornecimento.

5.2. Requisitos técnicos do produto

5.2.1. Os produtos ofertados deverão possuir Certificado de Registro válido, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, ou publicação do registro no Diário Oficial da União, com o número da regularização, obtida mediante consulta ao Portal, nos últimos 60 dias corridos da apresentação da documentação.

5.2.2. Estando o registro do produto vencido, a licitante deverá apresentar protocolo da solicitação de sua revalidação, desde que a revalidação do registro tenha sido requerida com antecedência máxima de doze meses e mínima de seis meses da data do vencimento do registro, conforme § 2º do artigo 8º do Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013.

5.2.3. Ficarà a cargo da empresa interessada provar que o produto objeto da contratação não está sujeito ao regime da Vigilância Sanitária e provar a comprovação da dispensa do registro do produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, conforme o caso.

5.2.4. Quando aplicável, os produtos deverão possuir Certificado de Aprovação (CA) emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que atesta que um Equipamento de Proteção Individual (EPI) atende aos requisitos de qualidade e segurança exigidos por lei.

5.2.5. A não apresentação dos registros ou dos protocolos do pedido de revalidação implicará na desclassificação do item cotado.

5.2.6. As exigências de regularização junto à ANVISA e, quando aplicável, ao MTE, decorrem de obrigação legal e sanitária, sendo requisitos mínimos de segurança e conformidade do produto, não configurando restrição à competitividade, uma vez que são amplamente exigidos para produtos do segmento e aplicáveis de forma indistinta ao mercado.

5.3. DETALHAMENTO DOS ITENS DO SISTEMA DE AUTOMAÇÃO

5.3.1. Os equipamentos servirão para a execução de um total mensal aproximado de 2.300 exames de parcial de urina, incluindo os testes de sedimento urinário e químicos.

Módulos	Estimativas mensal Exames
Automação para análise de sedimento urinário	2.300
Automação para análise química de urina	2.300

5.3.2. O número de exames/insumos mensal não inclui o número de testes utilizados no controle de qualidade diário.

5.3.3. Os equipamentos devem ser compatíveis com os itens 01 e 02 do Anexo I deste Termo de Referência.

5.3.4. Os equipamentos devem acompanhar:

5.3.4.1. Controles de qualidade para os dois equipamentos, prontos para uso;

5.3.4.2. Todos os reativos e consumíveis necessários para a realização dos exames;

5.3.4.3. Fita de impressora e papel para impressão dos exames;

5.3.4.4. Software de apoio à decisão e gerenciamento da rotina;

5.3.4.5. Computadores, Periféricos, Impressoras, acessórios, consumíveis em conformidade ao item 3.5 deste Termo de Referência;

5.3.4.6. Os quantitativos estimados dos insumos estão inseridos no Anexo I deste Termo de Referência.

5.3.5. ANALISADOR AUTOMÁTICO PARA SEDIMENTO URINÁRIO:

5.3.5.1. Princípio de medição por microscopia em campo claro e/ou contraste de fase com processamento de imagens e/ou tecnologia de visão computacional; com análise de imagens de todas as amostras.

5.3.5.2. Possibilidade de avaliação das amostras por meio de imagens geradas pelo equipamento.

5.3.5.3. Quantificação dos parâmetros: Hemácias, Leucócitos, Células epiteliais, Cilindros e Bactérias.

5.3.5.4. Análise semi-quantitativa para leveduras, cilindros patológicos, cristais, trichomonas e espermatozoides.

5.3.5.5. Capacidade de analisar no mínimo 120 amostras por hora.

5.3.5.6. Identificação do paciente por código de barras.

5.3.5.7. Lavagem automática entre amostras.

5.3.5.8. Utilização de volumes de aspiração de amostra para análise de no máximo 3 ml de urina.

5.3.5.9. Possibilidade de liberação automática de exames.

5.3.5.10. Possibilidade de gerar banco de imagens através das amostras analisadas.

5.3.5.11. Capacidade para investigação da morfologia eritrocitária.

5.3.5.12. Não será aceito equipamento híbrido de sedimento urinário.

5.3.6. ANALISADOR AUTOMÁTICO PARA TESTES QUÍMICOS DE AMOSTRAS DE URINA:

5.3.6.1. Analisador automático de no mínimo os seguintes parâmetros: densidade, pH, leucócitos, nitrito, proteínas, glicose, corpos cetônicos, urobilinogênio, bilirrubina, sangue, cor, aspecto, com ausência de interferência de ácido ascórbico.

5.3.6.2. Capacidade de analisar no mínimo 120 amostras por hora.

5.3.6.3. Homogeneizador automático de amostras.

5.3.6.4. Detecção do volume de amostra por sensor de nível.

5.3.6.5. Capacidade de armazenamento mínimo de 100 tiras para análise.

5.3.6.6. Sinalização das anormalidades e baixo volume de amostras.

5.3.6.7. Possibilidade de análise de amostras pediátricas de no mínimo 2 ml de urina.

5.3.6.8. Dispensação precisa de volumes individualmente em cada área reativa da tira reagente.

5.3.6.9. Leitura automática da cor e aspecto da urina. Possibilidade de seleção da unidade de concentração: mg/dL ou cruzes.

5.3.6.10. Possibilidade de identificação dos pacientes por código de barras.

5.3.6.11. Armazenamento de calibração estável.

5.3.6.12. Não será aceito equipamento híbrido de teste químico.

5.3.7. **CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS PARA AMBOS OS ANALISADORES:**

5.3.7.1. Os equipamentos deverão possuir no software programação de todas as operações, manutenções e trocas necessárias para o bom funcionamento do mesmo, sendo que o microcomputador deverá ser completo para controle das análises (CPU, teclado, impressora, monitor, mouse, leitor de código de barras, **placa de rede LAN e/ou Wi-Fi**) com sistema de No-break e back-up, para gerenciamento.

5.3.7.2. Controle de qualidade, Calibrações e Limpeza automática, com possibilidade programável pelo usuário, para evitar inoperância em horário de grande fluxo de exames.

5.3.7.3. Para os resultados dos exames, deverá ter a opção de ser visualizada no display do vídeo acoplado ao próprio equipamento e a opção de imprimir.

5.3.7.4. Possuir sistema de edição e armazenamento de dados por paciente de todas as amostras.

5.3.7.5. Serem do mesmo fabricante e que haja integração dos equipamentos por meio de esteira transportadora, ou dispositivo similar, se necessário.

5.3.7.6. Interfaceamento para computador, código de barras e teclado comum.

5.3.7.7. Unificação dos parâmetros químicos e de análise do sedimento urinário numa plataforma única para análise crítica antes da liberação do resultado.

5.3.7.8. Capacidade de processar 120 amostras por hora quando em conjunto, análise do sedimento urinário e químico.

5.3.7.9. Deverá apresentar certificado do Registro no Ministério da Saúde, ou cópia da publicação em diário oficial.

5.3.7.10. Sistema de tratamento de água, com controle de qualidade e manutenção corretiva e preventiva, caso seja necessário, sem custos à instituição.

5.3.7.11. O equipamento terá uso intenso e funcionamento de 24 horas, todos os dias da semana, durante o prazo máximo da vigência do contrato, podendo ser renovado até 60 (sessenta) meses, por esses motivos, é solicitado que o equipamento seja novo e tenha capacidade de processamento suficiente para suportar a demanda operacional, para que com o passar do tempo não fique obsoleto.

5.4. **SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA PRODUÇÃO LABORATORIAL**

5.4.1. A empresa deverá fornecer Sistema de Gerenciamento da Produção Laboratorial através da instalação de software ("middleware"), compatível com o LIS atual, conjunto ofertado (sistema de automação) ou outros Sistemas que porventura venham substituí-los durante o período de vigência do contrato com as seguintes funções: Rastreabilidade de todo o processo da amostra com sua localização nas diferentes etapas do processo; Permitir acesso e monitoramento imediato do status de cada amostras/testes e resultado.

5.5. **SOFTWARE DE INTERFACEAMENTO BIDIRECIONAL E GERENCIAMENTO DOS RESULTADOS**

5.5.1. O sistema de interfaceamento gestão deverá apresentar: apresentar tela de apoio ao analista com visualização dos resultados interfaceados; resultados anteriores dos pacientes, visualização de alertas (flags) dos equipamentos, possibilidade de configuração automática de mensagens interpretativas de apoio e decisão para auxiliar o analista; visualização dos valores de referência, correlação entre exames e resultados calculados; possibilidade de inclusão de comentários codificados ou texto livre; o sistema deve ser capaz de apresentar histórico de resultados; validação técnica dos resultados; ambiente de interfaceamento integrado, eliminando assim a necessidade de preparar lotes ou listas de trabalho de envio e recebimento para o interfaceamento; emissão de relatórios gerenciais customizados; controle e emissão de listas de trabalho; controle de acesso ao sistema através de identificação de usuários, por senhas; rastreabilidade total das principais etapas e ações do operador no sistema; liberação técnica, com visualização de todos os resultados da amostra; o sistema deve ter rastreabilidade total da amostra; a contratada deverá fornecer software e hardware que se comunique com o Sistema de Informática Laboratorial do HU-UFPR integrante da Rede HU Brasil para gestão da rotina e interfaceamento dos equipamentos. Se o computador fornecido pela informática do HU-UFPR integrante da Rede HU Brasil não atender as necessidades operacionais, a contratada deve fornecer computador que sirva de servidor com especificações técnicas recomendadas pela equipe de informática do HU-UFPR integrante da Rede HU Brasil.

5.6. **ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ASSISTÊNCIA CIENTÍFICA**

5.6.1. A empresa Contratada assume a incumbência de fornecer uma assistência técnica autorizada completa, abrangendo todas as peças de reposição necessárias, mão de obra correspondentes as atividades de manutenção preventiva e corretiva.

5.6.2. O fornecedor deverá disponibilizar um portal para abertura de chamados com número de protocolo, bem como número de telefone de contato para urgências.

5.6.3. Deve disponibilizar atendimento remoto imediato, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, de forma permanente, atendendo às necessidades laboratoriais.

5.6.4. Prazo para atendimento técnico online: O retorno com primeiras tratativas deverá ocorrer em até 4 (quatro) horas após a abertura do chamado, com o objetivo de solucionar remotamente os problemas reportados, que não impactem na operação. Casos emergenciais, precisam ser atendidos com prioridade, com abertura de chamado e atendimento telefônico imediato.

5.6.5. Em casos críticos onde o problema estiver impactando diretamente a liberação do resultado (sem atrasos nos tempos de liberação): o engenheiro ou técnico responsável deverá comparecer ao laboratório em até 12 (doze) horas após a abertura do chamado para solucionar o problema.

5.6.6. Em caso de paradas parciais que não impactam a liberação dos resultados (problema não está gerando atraso nos tempos de liberações dos resultados): o engenheiro deverá estar no laboratório em até 24 (vinte e quatro) horas após a abertura do chamado.

5.6.7. Prazo para atendimento científico/assessoria/educação: o fornecedor deverá disponibilizar uma central de atendimento para garantir agilidade e rastreabilidade das informações, necessidades e ações executadas. O prazo de retorno remoto é de até 4 (quatro) horas após a abertura do chamado, de segunda-feira a sexta-feira, das 7h30 às 18h. Visitas presenciais de assessoria/educação devem ocorrer em até 48 (quarenta e oito) horas em casos de necessidades críticas que impactem nas liberações dos resultados e fluxo da rotina, ou sempre que solicitado pela contratante.

5.6.8. Toda e qualquer visita ao laboratório deve ser agendada com o(a) responsável técnica de forma organizada para que cada ação seja autorizada pela Contratante e rastreada permitindo análises de médias e execuções de planos preventivos ou corretivos.

5.6.9. No caso de suporte remoto para solução de problemas o fornecedor estará sujeito às regras de firewall do HU-UFPR integrante da Rede HU Brasil e o acesso deverá ser realizado por VPN, utilizando Remote Desktop ou software de terceiros (Teamviewer, AnyDesk, etc). A liberação de acesso VPN é realizada por meio de preenchimento de formulário de Termo de Compromisso do fornecedor, anexado a processo SEI elaborado e assinado pelo Gestor do Contrato.

5.6.10. REGRAS INTERNAS:

5.6.10.1. Caso a solução necessite para o seu funcionamento de acesso à links/sites externos, os mesmos devem ser informados com antecedência para liberação no firewall do HU-UFPR integrante da Rede HU Brasil. O mesmo aplica-se a portas de rede específicas necessárias para seu correto funcionamento.

5.6.10.2. Todos os equipamentos deverão ser adicionados ao Domínio de rede HU BrasilNET para atender os padrões e políticas de segurança definidos pela rede HU Brasil.

5.6.10.3. Caso seja necessária a criação de algum Servidor virtual para hospedar qualquer parte da solução, deverá ser comunicado com antecedência todos os requisitos de hardware e software da mesma. Toda a responsabilidade do sistema operacional, banco de dados, aplicações e seu monitoramento serão de responsabilidade do fornecedor.

5.6.10.4. Se a aplicação necessitar de cópia de segurança (backup) de seus arquivos, deverá ser enviada documentação detalhada das pastas e arquivos para inclusão na solução de backup do HU-UFPR integrante da Rede HU Brasil.

5.6.10.5. A atualização de softwares, bases de dados e de todas as licenças necessárias ao pleno funcionamento da solução será de responsabilidade exclusiva da contratada, que deverá realizar, sem ônus adicional para a contratante, todas as atualizações, correções, melhorias e demais procedimentos necessários para garantir a continuidade, segurança, desempenho e adequada operacionalidade da solução durante toda a vigência do contrato.

5.6.10.6. O armazenamento dos dados serão integralmente armazenados nos servidores locais do HU-UFPR integrante da Rede HU Brasil, sendo vedado o armazenamento em nuvem.

5.6.10.7. Desenvolvimento de softwares customizados/interfaceamento, caso necessário, para a integração/comunicação com o AGHU ou qualquer outro que se fizer necessário para a realização das atividades do laboratório. Toda especificação de linguagens de comunicação (json, XML, yaml, etc), deve ser especificada, validada e/ou homologada pela Unidade de Sistemas do HU-UFPR integrante da Rede HU Brasil.

5.6.10.8. Atualização de softwares, bases de dados e todas as licenças necessárias para o adequado funcionamento da solução.

5.6.10.9. Incluir impressora caso as nossas impressoras não sejam compatíveis com o software/equipamento ou haja uma especificação exclusiva.

5.6.10.10. O fornecedor deverá gerar/desenvolver quaisquer relatórios que se fizerem necessários de produtividade ou para auxílio na produção de exames.

5.6.10.11. O fornecedor deverá ter o monitoramento em tempo real de qualquer integração, de modo que identifiquem erros em até 30 minutos, sem a necessidade de contato com o HU-UFPR integrante da Rede HU Brasil.

5.6.10.12. A solução será aprovada após homologação da equipe do laboratório e informática validarem a solução.

5.6.10.13. Todos os atendimentos, bem como os custos envolvidos para as tratativas, são de inteira responsabilidade da Contratada.

5.6.10.14. As contagens de prazos têm início a partir do momento em que a Contratada é notificada pela Contratante.

5.6.10.15. A não observância deste critério acarretará nas penalidades estabelecidas.

5.7. AÇÕES DE CONTINGÊNCIA

5.7.1. A contratada deverá garantir o pleno funcionamento dos equipamentos objeto da contratação, providenciando todas as medidas necessárias para manutenção e reposição de insumos, de modo a não comprometer a execução dos serviços dentro dos prazos estabelecidos. Caso ocorra falha nos equipamentos ou indisponibilidade de insumos, caberá à contratada adotar soluções alternativas que assegurem a continuidade das atividades, sem prejuízo à qualidade e à pontualidade da prestação dos serviços.

5.7.2. Caso a Contratada venha adotar soluções alternativas como envio para um laboratório que utilize a mesma ou equivalente tecnologia dos equipamentos instalados no laboratório, os custos referentes ao transporte das amostras biológicas, o pagamento dos exames realizados, a logística para recebimento dos resultados e os custos referentes aos resultados serão de total responsabilidade da mesma. Os resultados deverão ser liberados ao HU-UFPR integrante da Rede HU Brasil no prazo máximo de 24 horas.

5.8. PRAZOS DE ENTREGA, INSTALAÇÃO, VALIDAÇÃO E TREINAMENTO DOS EQUIPAMENTOS

5.8.1. **CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO** - A empresa deverá obedecer ao seguinte cronograma resumido de implantação de processos:

Data da assinatura do contrato:	xx/xx/xxx
Engenheiro responsável pela implantação:	NOME
Contatos (Cel. E e-mail):	xxx e xxx

Acompanhamento Start e Implantação Pós Assinatura do Contrato		
Prazo para entrega dos analisadores/demais itens:	até 60 dias	após assinatura do contrato
Nº de dias para instalação total:	até 20 dias	após entrega
Prazo para treinamento dos usuários:	até 10 dias	após instalação
Prazo para validação completa:	até 6 dias	após o treinamento dos usuários
Prazo para completa interface:	até 14 dias	após treinamento dos usuários
Período de acompanhamento presencial após a implementação:	14 dias	após o início de operação dos equipamentos
Prazo total para completa implantação e início da rotina:	até 124	dias corridos

5.8.1.1. A empresa vencedora do certame deverá iniciar a execução do objeto a contar da data de assinatura do contrato.

5.8.1.2. O prazo máximo para instalação dos equipamentos definitivos pela contratada será de até 20 dias após a entrega dos equipamentos, conforme cronograma acima. A contratada deverá executar o objeto desde a assinatura do contrato e transição com a empresa anterior, mantendo a realização dos exames contratados necessários.

5.8.1.3. Durante o período de 60 dias antes da chegada do equipamento novo, poderá ser utilizado como backup, um aparelho diferente do licitado, de forma transitória, para que as atividades no serviço não se interrompam.

5.8.1.4. A instalação dos equipamentos e sistemas deverão seguir o cronograma previsto no item 5.8.1, garantindo a plena operacionalidade e integração ao ambiente laboratorial.

5.8.1.5. A validação será de responsabilidade da contratada e a metodologia será decidida em conjunto com a equipe técnica.

5.8.1.6. Reserva para Situações Excepcionais: Caso circunstâncias excepcionais inviabilizem a implementação no prazos citados acima, a contratada assume a responsabilidade de suportar todos os custos até que a completa instalação dos equipamentos e a integração do sistema se concretizem. A Contratada atual deve, se necessário, instalar equipamentos temporários que atendam a demanda da Contratante.

5.8.1.7. Encargos de Transporte e Movimentação: A Contratada detém a total responsabilidade pelas despesas referentes ao transporte, movimentações internas intra pavimentos (andares) e inter pavimentos, assim como deslocamento dos equipamentos, independentemente da circunstância e época.

5.8.1.8. Cronograma de Implantação: esse cronograma demarca um plano de implementação que visa a eficiência, celeridade e qualidade na realização das etapas essenciais do projeto, promovendo, assim, uma transição suave e bem-sucedida para a nova estrutura tecnológica.

5.8.1.9. Localização da Instalação: instalação dos equipamentos será realizada na seção de Bacteriologia, localizada na Unidade de Laboratório de Análises Clínicas do Complexo Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná - HU Brasil. A referida seção encontra-se situada na Rua Padre Camargo, 280, 1º andar, Alto da Glória, Curitiba/PR.

5.8.1.10. A contratada deverá executar o objeto desde a assinatura do contrato e transição com a empresa anterior, mantendo a realização dos exames contratados necessários.

5.9. DA VISTORIA - VISITA AS INSTALAÇÕES

5.9.1. As licitantes poderão visitar os locais onde serão instalados os equipamentos solicitados neste termo, para tomar conhecimento das condições e eventuais dificuldades.

5.9.2. A vistoria poderá ser realizada do dia útil seguinte a publicação até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública, e deverá ser agendada através do e-mail ester.ninomiya@ebserh.gov.br e ana.buffara@ebserh.gov.br ou telefone (41) 3360-7975. O horário para visita será no período das 13h00 às 16:00h, **de quarta-feira a sexta-feira**.

5.9.3. **Declaração formal de vistoria** assinada pelo licitante **Anexo VII** ou **declaração formal de não realização de vistoria**, conforme **Anexo VIII**, deste termo, comprovando que a participante tomou conhecimento da situação dos equipamentos, contratos e instalações existentes para cumprimento das obrigações, objeto desta licitação, fornecido até três dias úteis anteriores à abertura do certame.

5.9.4. Caso a licitante opte por não realizar a vistoria, não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores de inviabilidade de cumprir com as obrigações por desconhecimento das condições e dificuldades existentes não previstas como justificativa para recusar-se a assinar o contrato ou eximir-se das obrigações assumidas em decorrência da execução do objeto.

5.10. PROPOSTA ARQUITETÔNICA E LAYOUT DO SISTEMA DE AUTOMAÇÃO

5.10.1. As empresas que pretendem participar da licitação **deverão enviar até 5 dias antes** do momento da proposta do pregão eletrônico, a proposta arquitetônica do layout do sistema de automação, adequada completamente à estrutura física existente na Bacteriologia. Podem ser enviados mais de um layout para avaliação. A equipe de planejamento da contratação (área técnica da UACAP) irá avaliar as propostas e **aprovar em até 3 dias antes** do momento do pregão ou solicitar adequações, as quais devem ser respondidas pela proponente em até 1 (um) dia útil. Se houver necessidade de adequação do espaço físico da seção de Bacteriologia, incluindo obras de pequeno porte, inclusões de novas tomadas, possíveis dimensionamentos de bancadas, etc., essas são de responsabilidade do HU-UFPR integrante da Rede HU Brasil, sem ônus da Contratada. A adequação de responsabilidade da Contratada abrange, se necessária, instalação de sistema de filtragem de água.

5.10.2. As adequações da infraestrutura existente (estrutural, elétrica, hidráulica, etc.) no local da instalação dos equipamentos, caso necessárias, deverão ser previamente analisadas e autorizadas pelo Setor de Infraestrutura Física (SIF), sendo providenciadas pelo HU-UFPR integrante da Rede HU Brasil.

5.11. Marcas

5.11.1. Não há indicação de marcas para o objeto desta licitação.

5.12. Amostras

5.12.1. O HU Brasil exigirá amostra ou prova de conceito do bem para avaliação técnica.

5.12.1.1. A amostra não será exigida nas seguintes hipóteses:

- a) quando o Catálogo Técnico dos produtos do HU Brasil for suficiente para análise do produto ofertado;
- b) quando a marca estiver pré-qualificada e/ou incluída no banco de marcas do HU Brasil;
- c) quando o produto tiver histórico de uso, por meio de execução dos Contratos já executados na Rede HU Brasil, com informações suficientes para análise de conformidade técnica do produto ofertado;
- d) quando o produto tiver histórico de notificações internas na Rede HU Brasil por desvios de qualidade e/ou demais intercorrências, com informações suficientes para análise de conformidade técnica do produto ofertado.

5.12.2. O procedimento de avaliação de amostras objetiva verificar a conformidade e compatibilidade de desempenho do produto ou marca ofertados com o descritivo ou especificação técnica constantes no Termo de Referência, de modo a assegurar a qualidade dos produtos adquiridos, mitigar os riscos assistenciais, zelar pela segurança dos pacientes e dos profissionais, além de garantir o uso eficaz dos recursos públicos.

5.12.3. Nos certames realizados por Pregão, em que a avaliação de amostras se fizer necessária, esta deve ser exigida somente na fase de classificação e apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, após a etapa de lances, devendo ser precedida da análise preliminar dos documentos técnicos e de habilitação.

5.12.4. A entrega das amostras deverá ser realizada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis assim que solicitado pelo Serviço de Garantia da Qualidade, para aferir se os bens propostos têm, no mínimo, as características citadas no objeto deste processo. As empresas participantes deverão cotar apenas os itens que possam, posteriormente, apresentar de imediato as amostras, com vistas à manutenção da celeridade do certame. O prazo de 05 dias úteis para entrega das amostras inicia-se no dia seguinte do recebimento da solicitação oficial via e-mail;

5.12.5. As empresas vencedoras que deixarem de apresentar amostra no prazo solicitado, desatendendo ao previsto no item anterior, serão desclassificadas, passando-se para o segundo melhor preço, obedecendo-se a ordem de classificação das propostas;

5.12.6. Após a fase de lances e antes da aceitação, será elaborado o Parecer Técnico sobre os produtos ofertados. Todo material não utilizado no HU-UFPR integrante da Rede HU Brasil ou que tenha apresentado problemas de qualidade/desempenho durante o uso ou que tenham sido utilizados há mais de 2 (dois) anos, poderão ser reavaliados, devendo para tanto, serem apresentadas amostras para verificação de sua eficiência e conformidade bem como aspectos documentais, em quantidade e prazo a serem determinados e solicitados pelo Serviço da Garantia da Qualidade; produtos adquiridos em processos licitatórios anteriores e que apresentarem problemas de desempenho durante o uso, poderão não ser adquiridos novamente até que o problema seja resolvido. O motivo da reprovação na avaliação técnica fará parte do Parecer Técnico para que o fornecedor tome conhecimento quanto as adequações necessárias;

5.12.7. A entrega das amostras será no Setor de Abastecimento Farmacêutico e Suprimentos (SAFS) , Recebimento (Almoxarifado) do Complexo Hospital de Clínicas da UFPR, situado à Rua Padre Camargo s/nº (em frente ao número 435), andar térreo, prédio central (fundos), Alto da Glória, CEP 80060-240, no horário das 8 às 17 horas, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, aos cuidados da Garantia da Qualidade.

5.12.8. Após o recebimento da solicitação, o licitante deverá enviar a previsão de entrega das amostras em até 5 (cinco) dias úteis para o endereço eletrônico safsqld.chc-ufpr@ebserh.gov.br, contendo:

- a) código de rastreamento;
- b) licitação: número da licitação e do item a que se refere;
- c) fornecedor: nome, CNPJ, telefone e correio eletrônico;
- d) representante: nome, telefone e correio eletrônico.
- e) prazos: data do envio e data prevista da entrega.
- f) manifestação de interesse em acompanhar avaliação técnica da amostra.

5.12.8.1. A empresa com amostra em avaliação do produto na fase de parecer técnico, poderá acompanhar a etapa, conforme previsto acima, manifestando ao Serviço da Garantia da Qualidade, inclusive o acompanhamento poderá ocorrer por todos os licitantes interessados.

5.12.9. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

5.12.9.1. Dentre as características físicas, será avaliado a composição/formulação, coloração, dimensão/medidas, graduação, volume, transparência, absorção, conforto, radiopacidade, hidrorrepelência, biocompatibilidade, trama, textura, adesividade, pressão, número de vias, identificação de vias, sistemas de conexões/ajustes e de controle de fluxo, vedação, flexibilidade, janelas. Isenção de agentes tóxicos, resíduos químicos (p. ex. amido), odor, impurezas, desprendimento de fios, abrasividade, corrosão, peças acessórias, dentre outras características do produto. Características da embalagem, ordenação do material dentro da embalagem, rotulagem, métodos de esterilização, transferência asséptica, resistência, durabilidade, integridade, apresentação, quantidade, data de fabricação e validade, lote, dentre outras características do material, quando aplicável.

5.12.9.2. Dentre as características de desempenho técnico, será avaliada sua funcionalidade, no que diz respeito à segurança e facilidade no manuseio e higienização; precisão, resistência e legibilidade das escalas graduadas; conexões/ajustes seguro livre de vazamentos; manutenção de fluxo seguro; manutenção das características durante a utilização respeitando o tempo indicado para a utilização, durabilidade; devendo manter assuas características durante o armazenamento e transporte, e enquanto durar o período de validade, dentre outros, quando aplicável.

5.12.9.3. Dentre os requisitos legais, será avaliado o atendimento à legislação no que se refere ao Registro no Ministério da Saúde (RMS), notificação/cadastro no Ministério da Saúde e ou certificação de dispensa de registro, Registro no Ministério do trabalho (CA), Laudos técnicos, Normas técnicas. Informações sobre o emprego correto e seguro do produto, suas características e composição, condições de armazenamento, riscos, advertências e precauções.

ações imediatas frente a exposição acidental, entre outros, quando aplicáveis. Em relação a esses quesitos, quando necessário, deverão vir informados no rótulo e ou através de documentos enviados pela empresa junto com a amostra do material. Será observado também o atendimento quanto as solicitações de encaminhamento de documentos pela empresa, entre outras informações, quando aplicáveis.

5.12.10. As amostras colocadas à disposição do HU Brasil serão tratadas como protótipos, podendo ser manuseadas, desmontadas ou instaladas pela equipe técnica responsável pela análise, bem como conectadas a equipamentos e submetidas aos testes necessários.

5.12.11. O prazo para análise das amostras por parte da equipe técnica é de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento do material.

5.12.12. Caso necessário, a HU Brasil se reserva o direito de realizar diligências e de solicitar formalmente ao licitante a apresentação de novas amostras, peças e acessórios complementares, possíveis adequações, catálogos, prospectos, laudos analíticos e laboratoriais, para aferir se os bens propostos atendem às especificações contidas no Termo de Referência.

5.12.13. As decisões relativas às amostras apresentadas serão devidamente motivadas, a fim de atender aos princípios do julgamento objetivo e da igualdade entre os licitantes. A desclassificação do licitante estará amparada em laudo ou parecer que indique, de modo completo, as deficiências e/ou não conformidades no produto a ser adquirido, por meio da amostra, quando esta é exigida.

5.12.14. Os pareceres técnicos elaborados a partir dos resultados das análises nas amostras serão arquivados e poderão subsidiar avaliações dos processos licitatórios futuros.

5.12.15. A análise da amostra será registrada por meio de Parecer Técnico.

5.12.16. Os proponentes que tiverem amostras passíveis de devolução poderão solicitá-las no endereço eletrônico safsqld.chc-ufpr@ebserh.gov.br, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após serem informados sobre o resultado da análise das mesmas.

5.12.17. A amostra que tiver a embalagem violada para teste não será devolvida ao licitante, sendo considerada como doação.

5.12.18. A amostra não retirada no prazo estabelecido sujeitará os bens a descarte ou aproveitamento, sem direito a ressarcimento.

5.12.19. As amostras solicitadas pelos proponentes deverão ser retiradas em até 30 (trinta) dias corridos no endereço onde foram entregues, a contar da data de solicitação de devolução.

5.13. Garantia de execução

5.13.1. Não haverá exigência da garantia da contratação, nos termos do art. 185, do RCC 3.0, pelas razões abaixo justificadas:

5.13.1.1. Pronta entrega e pagamento: por se tratar de aquisição de produtos para saúde de pronta entrega e pagamento, o risco de inadimplemento é mínimo. A dinâmica dessa contratação - caracterizada pela imediatidade da entrega e pelo pagamento realizado após a efetiva satisfação da obrigação- oferece ao HU Brasil mecanismos naturais de proteção, tornando desnecessária a exigência de garantia adicional.

5.13.1.2. Ausência de complexidade: a presente aquisição não apresenta características de elevada complexidade técnica que justifique a exigência de garantia contratual. Tratando-se de simples fornecimento de produtos para saúde, cujas obrigações são passíveis de cumprimento ordinário sem maior risco de inadimplemento, não há necessidade de proteção patrimonial adicional ao HU Brasil.

5.13.1.3. Princípio da economicidade: a exigência de garantia de execução impõe custos adicionais aos licitantes, que necessariamente repercutem nas propostas financeiras apresentadas. Esses custos - relativos a comissões, prêmios de seguro e taxas administrativas - seriam inevitavelmente repassados ao HU Brasil, elevando o preço final da aquisição. Considerando que o certame busca a melhor relação custo-benefício, prescindir dessa exigência alinha-se ao dever de economicidade que norteia as contratações públicas.

5.13.1.4. Ampliação da competitividade: a supressão da garantia de execução reduz as barreiras de entrada para participação no certame, especialmente para pequenos fornecedores que enfrentam dificuldades na obtenção e custeio dessa garantia. Essa medida contribui para expansão do universo de interessados, favorecendo a competitividade e a isonomia entre os licitantes.

5.14. Garantia do produto

5.14.1. A garantia do objeto deverá estar em conformidade com aquela ofertada pelo fornecedor ou com a garantia legal aplicável, prevalecendo, em qualquer caso, a que for mais vantajosa para a Administração.

6. GESTÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. O modelo de gestão, descrevendo como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo HU Brasil, constará no Contrato.

6.2. Notas de Empenho

6.2.1. A unidade contratante poderá emitir Notas de Empenho em favor do fornecedor contratado, conforme conveniência da administração, respeitados os quantitativos, observado o edital.

6.2.2. Registra-se que o procedimento padrão do HU Brasil é a emissão de uma Nota de Empenho mensal, por natureza de despesa, para o fornecedor. Contudo, a unidade contratante poderá, a seu critério, efetuar a emissão de mais de um pedido dentro do mesmo mês, a qualquer tempo, devido a oscilações de consumo ou por situações intempestivas que ensejam demandas adicionais.

6.2.3. A Nota de Empenho e a Ordem de Fornecimento, quando for o caso, deverão respeitar o fator embalagem dos produtos ofertados, conforme a proposta aprovada, bem como a legislação vigente que trata sobre o tema.

6.2.4. O valor mínimo para emissão de uma Nota de Empenho e Emissão da Ordem de Fornecimento por parte da unidade contratante será o equivalente a 1% do valor estabelecido no art. 84, inciso II, do RCC 3.0.

6.2.5. Caso o valor máximo registrado no Contrato não atinja o percentual mencionado no item anterior, a Nota de Empenho contemplará o valor total do Contrato, observadas a natureza de despesa do bem e respeitados os quantitativos por participante.

6.2.6. A unidade contratante poderá emitir dois tipos de Notas de Empenho para execução das despesas:

6.2.6.1. Empenho Ordinário - Utilizado quando o valor da despesa é conhecido pela administração e será pago em uma única vez.

6.2.6.2. Empenho Global - Utilizado quando o valor da despesa é conhecido pela administração, mas será pago de forma parcelada.

6.2.7. As Notas de Empenho emitidas pelo valor mínimo descrito neste tópico serão do tipo ordinário. As demais Notas de Empenho serão do tipo global.

6.2.8. As Notas de Empenho emitidas continuarão válidas mesmo após o término da vigência do Contrato, bem como quando inscritas em restos à pagar, quando alterado o exercício financeiro.

6.3. Troca de Marcas

6.3.1. Em casos especiais e devidamente justificados, será admitida a substituição da marca ou modelo do produto, desde que por motivo superveniente e fundamentado que inviabilize a entrega do bem originalmente contratado.

6.3.2. A alteração deverá ser formalmente solicitada pelo fornecedor, acompanhada de justificativa técnica e documentação que comprove o motivo superveniente e a observância das especificações técnicas mínimas estabelecidas no Edital ou características superiores, com a manutenção integral dos preços.

6.3.3. A troca de marca só poderá ocorrer mediante análise técnica sobre a justificativa técnica e documentação apresentada pelo fornecedor e aprovação pela Equipe de Fiscalização do Contrato (EFC).

6.3.4. O processo de troca de marca deverá observar:

6.3.4.1. solicitação do fornecedor, com justificativa técnica e documentação;

6.3.4.2. análise e aprovação da EFC;

6.3.4.3. formalização do procedimento por apostilamento, com registro no processo.

6.4. Ordem de Fornecimento

6.4.1. As unidades contratantes enviarão ao fornecedor Ordens de Fornecimento, em que constarão no mínimo as seguintes informações:

I - Identificação da Unidade Solicitante;

II - UASG do Órgão Gerenciador

III - UASG do Órgão Participante e solicitante da Compra;

IV - Número da licitação;

V - Contrato;

VI - Dados da Nota de Empenho;

VII - Número do Item do Pregão;

VIII - Código do Catálogo Padronizado de Materiais do Governo Federal - Catmat;

IX - Código Interno de Padronização da Empresa - Código HU Brasil;

X - Código Interno do Sistema de Controle - Código AGHUX;

XI - Descrição do Produto, com apresentação e marca;

XII - Valor Unitário do Item;

XIII - Quantidade a ser empenhada do item;

XIV - Valor total;

XV - Prazo para Entrega, conforme edital;

XVI - Data Prevista para Entrega;

XVII - Endereço, horários e contatos para entrega;

XVIII - Informações gerais sobre a execução do objeto e sanções administrativas.

6.4.2. A Ordem de Fornecimento só poderá ser enviada por representantes da EFC, do Setor de Abastecimento Farmacêutico e Suprimentos (SAFS) ou Unidade de Almoxarifado e Controle de Estoque (UACE).

6.4.3. Os setores/unidades/clínicas e demais profissionais de destino dos produtos não estão autorizados a solicitar pedidos de compras diretamente à contratada.

6.4.4. Após o recebimento da Ordem de Fornecimento, o fornecedor deverá enviar a previsão de entrega dos insumos em até 5 (cinco) dias úteis para o endereço eletrônico recebimento.chc-ufpr@ebserh.gov.br, contendo:

I - Número do Documento Fiscal;

II - Data de emissão do Documento Fiscal;

III - Data prevista para entrega.

6.5. Nota Fiscal

6.5.1. A contratada deverá emitir notas fiscais de venda de materiais de consumo, devendo encaminhar o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) para a área que enviou a Ordem de Fornecimento, conforme o modelo de comunicação estabelecido neste Termo de Referência.

6.5.2. Os itens entregues sempre deverão ser acompanhados de Nota Fiscal, que, além dos dados obrigatórios pela legislação vigente, deverá minimamente conter:

- I - Número da Ordem de Fornecimento;
- II - Nota de Empenho;
- III - Número da licitação;
- IV - Dados bancários para a realização do pagamento (banco, agência e conta corrente);
- V - Descrição do Produto;
- VI - Fabricante;
- VII - Lote e quantidades correspondentes;
- VIII - Prazo de validade.

6.5.3. A Contratada deverá obrigatoriamente destacar na Nota Fiscal a tributação a ser retida, conforme artigo 2º, § 6º, da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

6.5.4. Adicionalmente, a Nota Fiscal emitida deverá obrigatoriamente expressar os seguintes elementos essenciais:

- I - Data de emissão posterior à de emissão da Nota de Empenho;
- II - CNPJ e endereço do HU-UFPR integrante da Rede HU Brasil, conforme emissão da Nota de Empenho;
- III - CNPJ da empresa vencedora, que deverá ser o mesmo informado nos documentos de habilitação da licitação que deu origem à Nota de Empenho.

6.5.5. As informações sobre os lotes e validades deverão constar na Nota Fiscal e precisam convergir com o material entregue. Caso existam divergências, a área responsável pelo envio da Ordem de Fornecimento formalizará junto ao fornecedor a necessidade de Carta de Correção de informações.

6.5.6. Prazos e Condições de entrega

6.5.6.1. O prazo de entrega dos materiais **será de 10 (dez) dias corridos**, sendo o mesmo contado após recebimento da Ordem de Fornecimento:

6.5.6.1.1. O prazo de **entrega de 10 (dez) dias corridos** após o recebimento da Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho pelo fornecedor, **para itens de fabricação nacional**.

6.5.6.1.2. No caso de **produtos que necessitem de importação**, o prazo máximo de entrega é de trinta (30) dias, contados a partir do envio da Autorização de Fornecimento ou Nota de Empenho, **e será concedido, mediante manifestação justificada dessa necessidade pelo proponente através de declaração, podendo esta ser na própria proposta do certame identificando o item**. Em caso de antecipação de entrega para os produtos importados deverá ser comunicado à Unidade de Análises Clínicas e Anatomia Patológica ou o Recebimento (Almoxarifado).

6.5.7. A entrega dos materiais deverá ser efetuada no Almoxarifado Central do Complexo Hospital de Clínicas da UFPR, no horário das 08:00 às 17:00 horas, em dias úteis, conforme endereço constante neste Termo de Referência, salvo com solicitação autorizada pela área responsável pelo envio da Ordem de Fornecimento.

6.5.8. A data prevista para entrega ou qualquer alteração da mesma deve ser comunicada previamente pelo fornecedor à unidade hospitalar, respeitado o prazo máximo de entrega previsto neste Termo de Referência.

6.5.9. Os produtos entregues devem ter o prazo de validade mínimo de 18 (dezoito) meses ou para produtos com validade total inferior a 18 (dezoito) meses, apresentar vigência mínima de 80% desta, contados do ateste da nota fiscal.

6.5.9.1. Justificativa: mitigar riscos de perdas com garantia do ciclo de consumos, objetivar qualidade e eficácia preservadas, prevenção de desperdício e custos e descarte evitados.

6.5.10. Na impossibilidade de fornecer o produto que atenda aos prazos mínimos anteriormente citados, o fornecedor, desde que previamente autorizado pelo HU Brasil, poderá atender ao pedido com validade menor que a estabelecida, mediante apresentação de carta de comprometimento de troca do produto em caso de seu vencimento.

6.5.11. O HU Brasil se reserva o direito de não receber produtos com prazo de validade inferior ao especificado no Termo de Referência, ressalvados os casos de interesse do próprio HU Brasil, desde que exista solicitação prévia do fornecedor e aceite do HU Brasil.

6.5.12. Para informação, deverá constar na embalagem do material entregue:

- a) nome e CNPJ do fabricante ou distribuidor,
- b) procedência,
- c) nº do lote,
- d) prazo de validade,
- e) Nº do registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, se couber.

6.5.13. Não serão recebidos materiais que apresentarem, nas embalagens, sinais de violação e/ou variação na estrutura, umidade, inadequação em relação ao conteúdo.

6.5.14. Os produtos que se deteriorarem ou perderem suas características durante a validade ou vida útil, desde que em

condições normais de estocagem, uso e/ou manuseio, deverão ser trocados no prazo determinado pelas unidades hospitalares, contados da comunicação formal da área responsável pelo envio da Ordem de Fornecimento.

6.5.15. São de responsabilidade da contratada as condições de conservação dos produtos que serão entregues, abrangendo inclusive resistência das embalagens, data de validade, temperaturas exigidas, presença de sujidade, material estranho e insetos.

6.5.16. O acondicionamento e o transporte dos produtos devem ser feitos em embalagens apropriadas para cada tipo de produto, capazes de manter a integridade e organização dos mesmos, atendendo às especificações técnicas (temperatura, calor, umidade, luz) determinadas e possibilitando a verificação das informações necessárias no ato do recebimento.

6.5.17. As embalagens internas e externas devem estar limpas, livres de pó, secas e sem sinais de umidade prévia.

6.5.18. Os veículos, equipamentos e contêineres utilizados para transporte e acondicionamento não devem expor os produtos a condições que possam afetar sua estabilidade e a integridade de sua embalagem ou gerar contaminações de qualquer natureza. Os veículos e contêineres devem dispor de manutenção e limpeza adequadas.

6.5.19. Para o armazenamento e transporte dos produtos devem ser utilizados paletes de material que permita a limpeza e não constitua fonte de contaminação, tais como madeira tratada, alumínio ou materiais plásticos.

6.5.20. É vedada às empresas transportadoras ou operador logístico, quando na atividade de transportador, a violação da carga transportada.

6.5.21. Os produtos adquiridos deverão ser entregues acompanhados dos respectivos laudos de análise do fabricante para cada lote. A unidade solicitante notificará o contratado, por escrito, caso necessite de detalhamentos complementares sobre as especificações técnicas e os padrões de qualidade do fabricante, devendo o contratado apresentar a documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

6.5.22. A Administração poderá exigir da Contratada o envio de amostras para análise laboratorial sempre que houver indício formalizado de desconformidade técnica. A demanda deverá ser motivada por relatório técnico da unidade solicitante, correndo os custos do teste por conta da Contratada.

6.5.23. Caso o produto ofertado apresente indício formalizado de desconformidade técnica, o fornecedor contratado deverá arcar com os custos da análise em laboratórios da REBLAS - Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde, como medida de garantia da confiabilidade e rastreabilidade de ensaios eventualmente necessários para dirimir indícios objetivos de irregularidade ou não conformidade dos produtos adquiridos pela Administração Pública, considerando à capacidade técnica reconhecida dessa rede.

6.5.24. Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante; sendo que todo produto considerado impróprio ao uso será encaminhado à Vigilância Sanitária para a inutilização, nos termos legais.

6.5.25. O descarregamento dos produtos ficará a cargo da transportadora, que deverá acondicionar as embalagens em paletes da contratante, respeitando a forma de empilhamento e altura definida pelo fabricante e previamente acordada com o(a) funcionário(a) responsável pelo recebimento, assim como transportar os paletes até a área de recebimento indicada.

6.5.26. As embalagens externas deverão mencionar as informações sobre o produto, dentre elas: nome do produto, apresentação, quantidade, lote e validade, bem como as condições corretas de armazenamento: temperatura e empilhamento máximo.

6.5.27. As embalagens externas deverão conter somente um tipo de produto e um lote e estarem completas com quantidades padronizadas. A fração deverá ser facilmente identificada e organizada internamente de forma a facilitar a visualização e contagem.

6.5.28. O texto e demais exigências legais previstas para as embalagens e rotulagem dos produtos devem estar em conformidade com a legislação sanitária vigente.

6.5.29. Os produtos que necessitem de acessórios para sua utilização devem vir acompanhados desses, se especificado em edital ou constantes no registro da ANVISA.

6.5.30. Os acessórios especificados em edital e que não constam no registro do produto devem seguir a legislação sanitária vigente.

6.5.31. As cargas que não cumpram os critérios de aceitação do objeto estão sujeitas à recusa no ato do recebimento.

6.5.32. Os produtos recebidos estarão sujeitas a análise extemporânea e cancelamento da aquisição, com vistas a ações de tecnovigilância realizadas pela Rede HU Brasil.

6.6. Recebimento

6.6.1. Os produtos serão recebidos, pelo(a) responsável do Setor de Abastecimento Farmacêutico e Suprimentos (SAFS) ou Unidade de Almoxarifado e Controle de Estoque (UACE) no Almoxarifado Central. Os materiais serão guardados para verificação posterior da EFC de sua conformidade.

6.6.2. Para o ateste da execução da despesa, o recebimento dos produtos irá observar:

I - A conformidade entre a Nota de Empenho e a Nota Fiscal, com a verificação da descrição do objeto, apresentação, quantidade e valores unitários e totais;

II - A integridade da embalagem e do conteúdo, assegurando que não houve danos ou violações durante o transporte ou armazenamento;

III - A conformidade dos itens, acessórios e quantidades, de acordo com o especificado na contratação;

IV - O modelo e a marca, que devem estar em conformidade com o homologado no certame;

V - A validade e lote;

VI - O acondicionamento adequado, observando as condições de temperatura especificadas para o objeto;

VII - A funcionalidade do objeto, verificando se atende às especificações técnicas e funcionais previstas na

contratação.

6.6.3. O objeto do contrato ou instrumento equivalente poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando executado em desacordo com o contrato, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pela unidade solicitante, às custas da empresa Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

6.6.4. Em caso de constatação, a qualquer tempo, de desvios na qualidade, defeitos de fabricação ou alterações da estabilidade, dentro do prazo de validade, que comprometam a integridade do produto, bem como má fé do fornecedor, condições inadequadas de transporte ou em desacordo com as especificações exigidas, a empresa contratada fica obrigada a substituir, às suas expensas, o produto defeituoso, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação do vício do produto com a consequente notificação junto ao fornecedor.

6.6.5. Para entrega de lotes com validades inferiores as previstas no edital e contrato ou instrumento equivalente, o responsável pelo recebimento poderá formalizar junto ao fornecedor a necessidade da Carta de Compromisso de Troca de material em caso de perda futura por validade vencida, caso venha a aceitar o material.

6.6.6. Os produtos deverão ser recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da carga, após a verificação da conformidade e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.6.6.1. O recebimento definitivo do objeto contratado constitui o ateste da execução da despesa e é requisito para a instrução do processo de pagamento.

6.6.7. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.6.8. O prazo para a solução, pela contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pelo HU Brasil durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.6.9. O gestor do contrato ou instrumento equivalente analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções.

6.6.10. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da empresa contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.6.11. No ato do recebimento definitivo a carga poderá ser recusada pelo responsável, tanto de forma integral ou parcial, toda informação divergente do instrumento contratual ou equivalente, o fato gerador para a recusa, será formalmente registrado e comunicado ao fornecedor, respeitados os prazos inseridos neste instrumento.

6.6.12. A recusa da nota fiscal poderá ser feita devido a ausência de documentação exigível, negação por parte do fornecedor sobre a troca parcial, negação de emissão de cartas de correção e de compromisso de troca de produto, ou mesmo por conta de demais não conformidades ocorridas durante as etapas do processo de recebimento.

6.6.13. O recebimento do objeto contratado poderá ocorrer de forma integral ou parcial, conforme a entrega realizada pelo fornecedor. Em caso de recebimento parcial, o responsável pelo recebimento poderá aceitar o material entregue, atestando sua conformidade para utilização, desde que em condições de uso ou consumo unitário. Tanto o recebimento integral quanto o parcial serão formalizados por meio de Termo de Recebimento, que declarará a conformidade do objeto entregue. Essa formalização permitirá a liquidação e o pagamento da despesa, total ou proporcional, de acordo com a situação verificada.

6.6.14. Para os itens pendentes, o fornecedor terá um prazo determinado para regularizar a entrega que poderá ser equivalente ao prazo regular de entrega previsto no edital ou contrato. Caso o fornecedor não solucione a pendência dentro do prazo estipulado, o responsável pelo recebimento deverá instruir o pagamento da nota fiscal, aplicando glosa proporcional aos quantitativos e/ou produtos em não conformidade.

6.6.15. Para solução do problema, como melhores práticas, o fornecedor poderá entregar o produto correto através de nota de simples remessa ou apresentar nota fiscal de devolução dos produtos e/ou quantidades não conformes da carga inicial. Caso o fornecedor se negue a entregar a nota fiscal de devolução, a glosa é suficiente para solução do problema. Ainda mais, nos casos em que o fornecedor não realize o recolhimento do produto em até 45 (quarenta e cinco) dias, o hospital poderá dar fim a carga em desconformidade.

6.7. Critérios de Medição e Pagamentos

6.7.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, após o ateste do documento por parte da EFC, ocorrerá a liquidação.

6.7.2. Para fins de liquidação, a área competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) prazo de validade;
- b) data da emissão;
- c) dados do contrato e da contratante;
- d) período respectivo de execução do contrato;
- e) valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.7.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o processo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao HU Brasil.

6.7.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SicaF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 65, inciso II, da RCC 3.0.

6.7.5. O HU Brasil realizará consulta ao SicaF para:

6.7.5.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

6.7.5.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do HU Brasil como a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o HU Brasil, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.7.6. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

6.7.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.7.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

6.7.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do instrumento contratual ou equivalente, caso a contratada não regularize sua situação junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e demais certidões de regularidade.

6.7.10. Os pagamentos serão realizados em conformidade com os produtos efetivamente entregues, até o 30º (trigésimo) dia após o recebimento da Nota Fiscal, por intermédio de crédito em conta corrente indicados pelos Contratados.

6.7.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.7.12. Não será permitida a antecipação do pagamento antes do cumprimento do objeto.

6.7.13. No caso de atraso pela contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

6.7.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.7.15. Independentemente do percentual de tributo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7.16. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.7.17. O HU Brasil não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada que porventura não tenha sido acordada no contrato.

6.8. Sanções Administrativas

6.8.1. As cláusulas específicas que irão estabelecer as sanções administrativas relacionadas à seleção de fornecedores constam no Edital e os critérios de sanções administrativas relacionadas à gestão contratual constam no Contrato.

7. SELEÇÃO DE FORNECEDORES

7.1. Apresentação da Proposta

7.1.1. Durante o pregão eletrônico, ao ser convocado, o licitante deverá enviar sua proposta, conforme modelo em anexo, contendo as seguintes informações:

- I - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da empresa que efetivamente vai fornecer o objeto da contratação e as respectivas Faturas/Notas Fiscais;
- II - Nome completo e identificação do responsável pela proposta;
- III - Endereços físico e eletrônico e telefone de contato;
- IV - Data de emissão e prazo de validade da proposta, que deverá ser de no mínimo 90 dias;
- V - Dados bancários da empresa como conta corrente, agência, banco, cidade, e os dados do representante legal da empresa, caso o mesmo ainda não tenha sido oportunamente informado a título de atualização/informação, junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF;
- VI - Descrição detalhada de cada produto, constando todas as especificações técnicas;
- VII - Quantidade ofertada, com os respectivos valores unitários e total;
- VIII - Fator embalagem dos produtos apresentados, especificando a quantidade, por embalagem;
- IX - Marca, fabricante e rótulo, quando aplicável;
- X - Certificado de Registro válido do produto ofertado, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, ou publicação do registro no Diário Oficial da União; conforme Habilitação - Qualificação Técnica;
- XI - Certificado de Aprovação (CA) válido do produto ofertado, emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), quando aplicável;
- XII - Catálogo Técnico dos produtos, contendo imagens referenciais, descritivo detalhado e especificações técnicas.

7.1.2. Destaca-se que os preços ofertados deverão contemplar todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos fiscais e trabalhistas, embalagem, seguro, lucro, transporte (carga e descarga), mão de obra e demais custos e despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto, bem como o do envio das documentações referentes à habilitação e apresentação de propostas.

7.1.3. Fica facultada ao HU Brasil solicitar por diligências, informações adicionais para complemento da proposta, inclusive informações técnicas, como laudos técnicos, normas técnicas, certificados de boas práticas, informações sobre o emprego correto e seguro do produto, suas características e composição, condições de armazenamento, riscos, advertências e precauções, ações imediatas frente à exposição accidental, dentre outros, quando aplicáveis.

7.1.4. Não serão aceitas propostas de fornecimento de produtos provenientes de empresas que não possuam Autorização de Funcionamento (AFE) (Leis 6.360/1976 e 9.782/1999), específica para atividades de distribuição de correlatos, em conformidade Acórdão 3409/2013-TCU-Plenário. Item 9.3.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz e o Acórdão 7388/2011-TCU-Segunda Câmara. (Acórdão 434/2016-Plenário, Relator Bruno Dantas.

7.1.5. Não serão admitidas nem aceitas, ofertas de produtos com especificações diversas da originalmente solicitadas no Edital.

7.2. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.2.1. O procedimento de aquisição será conduzido com base na documentação produzida durante o planejamento da contratação, por meio da modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, no Portal de Compras do Governo Federal - *Compras.gov*, de acesso público na internet, de acordo com o art. 6º, inciso IV, do RCC 3.0, com adoção dos seguintes parâmetros:

- I - O critério de julgamento será o de menor preço global, respeitando-se os valores unitários, nos termos do RCC 3.0.
- II - O modo de disputa será do tipo "aberto";
- III - Será adotada a utilização de 4 (quatro) casas decimais para composição e classificação dos lances, considerando os valores unitários ofertados. Para fins de lançamentos operacionais dos Contratos no sistema *Contratos.gov*, será realizado o arredondamento para 2 (duas) casas decimais do valor total da proposta.
- IV - O intervalo mínimo entre os lances será definido conforme o preço estimado de cada item, observando os respectivos percentuais do quadro abaixo:

Valor Unitário Referencial do Item	Referencial de Intervalo de Lances (%)	Intervalo de Lances que será utilizado (%)
$P(est,unit) < R\$ 500,00$	0,75 a 1,50	0,75
$R\$ 500,00 < P(est,unit) < R\$ 100.000,00$	0,50 a 0,75	0,50
$P(est,unit) > R\$ 100.000,00$	0,25 a 0,50	0,25

7.2.2. A variável " $P(est,unit)$ " é o preço estimado unitário para cada item do Anexo I - Descrição Detalhada e Quantitativos do Objeto.

7.3. Tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte

7.3.1. Não será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP). A decisão está fundamentada a fim de não haver comprometimento das seguintes prerrogativas:

- I - Padronização e disponibilidade operacional;
- II - Treinamentos e usabilidade dos usuários;
- III - Gerenciamento de intercorrências e tecnovigilância;
- IV - Segurança do paciente;
- V - Otimização operacional para gestão e fiscalização de Contratos;
- VI - Economia de escala e racionalização de recursos.

7.3.2. Adicionalmente, observa-se ainda a necessidade de adoção de participação exclusiva de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) para aqueles produtos cujo valor estimado seja inferior a R\$ 80.000,00. Contudo, os incisos II e III do artigo 49 do mesmo diploma (in verbis) estabelece que:

"Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta lei complementar quando:

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;"

7.3.3. A divisão e exclusividade em favor das ME/EPP podem comprometer a padronização, a rastreabilidade e o controle da cadeia logística de produtos que são essenciais ao cumprimento do objeto social da Ebserh, configurando prejuízo ao conjunto da contratação.

7.3.4. Ainda mais, a contratação visa priorizar o interesse público e os princípios da eficiência e economicidade, e a aplicação da exclusividade poderá prejudicar essas diretrizes, elevando custos e reduzindo a qualidade e regularidade do fornecimento dos produtos.

7.3.5. Destaca-se que produtos para saúde são amplamente utilizados pela Rede Ebserh, sendo fundamentais para suporte ao diagnóstico e ao cuidado assistencial, e o risco de desabastecimento desses produtos pode comprometer a vida de pacientes e profissionais.

7.3.6. Registra-se ainda que não foram identificados por este HUF a existência, no "mercado local", de fornecedores competitivos, com estrutura organizacional e logística capazes de suportar as demandas, em tempo hábil, de um hospital de média e alta complexidade, que se enquadrem como ME/EPP, e que sejam capazes de cumprir todas as exigências estabelecidas no referido instrumento convocatório.

7.3.7. Assim, considerando a exceção prevista no inciso III, do art. 49, da Lei Complementar nº 123/2016 e a exceção prevista no inciso II, art. 10, do Decreto 8.538/2015, observando os princípios da eficiência e vantajosidade, decide-se que não serão indicados itens de participação exclusiva para ME/EPP pelas seguintes razões:

- I - Restrição de empresas participantes no processo pode acarretar prejuízos para esta aquisição/contratação;
- II - Aumento da incidência de atrasos nas entregas;

7.4. Capacidade econômico-financeira

7.4.1. Dispensa-se o requisito de habilitação econômico-financeira com base no § 9º do art. 65 do RCC 3.0. Esse dispositivo estabelece que, nos casos de aquisições cujos valores se enquadrem nos limites do art. 84, inciso II (para bens e serviços), deverão ser exigidos apenas os requisitos de habilitação previstos nos incisos I e II do caput do referido artigo, sendo facultada a dispensa dos requisitos constantes dos incisos III a V.

7.4.2. Além disso, o § 10º também admite, nos casos de aquisições de bens para entrega imediata, cujo valor seja superior ao limite estabelecido no art. 84, inciso II, a dispensa do requisito de habilitação previsto no inciso IV do caput (capacidade econômico-financeira), **desde que haja prévia avaliação de riscos.**

7.4.3. Assim, para os itens/grupos de entrega imediata cujos valores sejam superiores aos limites estabelecidos no art. 84, inciso II, serão dispensados os requisitos de capacidade econômico-financeira, considerando que nesta contratação, que visa o pregão eletrônico para aquisição de produtos para saúde, não se mostra necessária a exigência de documentos comprobatórios de capacidade econômico-financeira dos licitantes.

7.4.4. Destaca-se também a natureza do objeto da contratação, cujo risco operacional é limitado, diferente da execução de obras, serviços complexos ou de outras contratações que exigem comprometimento significativo de capital. Desta forma, a comprovação econômico-financeira não se configura essencial para garantir a execução futura do contrato.

7.4.5. A dispensa da exigência visa ainda ampliar a competitividade e a participação de fornecedores, alinhando-se ao princípio da ampla concorrência.

7.4.6. Por fim, a dispensa dos requisitos de capacidade econômico-financeira demonstra uma decisão adequada e tecnicamente justificável, observando os princípios de proporcionalidade, eficiência e competitividade, uma vez que: não há obrigação contratual imediata, o objeto é em regra oriundo de um processo interno de padronização e de baixo risco operacional, e a decisão amplia a participação de fornecedores no processo licitatório.

7.5. Qualificação técnica

7.5.1. O licitante deverá comprovar a aptidão para o fornecimento do objeto mediante a apresentação dos seguintes documentos:

7.5.1.1. Autorização de Funcionamento (AFE) (Leis 6.360/1976 e 9.782/1999), específica para atividades de distribuição de correlatos, em conformidade Acórdão 3409/2013-TCU-Plenário. Item 9.3.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz e o Acórdão 7388/2011-TCU-Segunda Câmara. (Acórdão 434/2016-Plenário, Relator Bruno Dantas., expedida pela Agência Nacional da Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (ANVISA), do licitante. da sede da empresa interessada, obtida mediante consulta ao seu Portal, nos últimos 60 dias corridos da apresentação da documentação.

7.5.1.1.1. A AFE é exigida de empresas que realizem atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de produtos para saúde, medicamentos e insumos farmacêuticos destinados ao uso humano, produtos para saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes, saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais.

7.5.1.2. Alvará de licenciamento ou equivalente, documento expedido pelo órgão sanitário competente Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, que autoriza o funcionamento dos estabelecimentos que exerçam atividades sob regime de vigilância sanitária. A exigência de apresentação de Alvará Sanitário fundamenta-se nos arts. 2º e 51 da Lei nº 6.360/1976, considerando que o objeto da contratação contempla reagentes e equipamentos destinados a diagnóstico in vitro, sujeitos à vigilância sanitária e ao licenciamento dos estabelecimentos pelo órgão competente.

7.5.1.3. Caso o Alvará Sanitário esteja vencido ou, no momento da análise documental, dentro do mês de vencimento, será aceito protocolo de solicitação de renovação, desde que tenha sido requerido no prazo mínimo que anteceder o vencimento constante na legislação sanitária Municipal/Estadual ou Distrital da sede.

7.5.1.4. Caso a licitante seja dispensada do Alvará Sanitário, a mesma deverá apresentar documento que comprove a isenção.

7.5.1.5. Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público e/ou privado, indicando que a proponente já forneceu materiais em características similares e quantitativos compatíveis com o objeto da licitação.

7.5.1.6. Apresentação de um ou mais atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando que tenha realizado, no mínimo, 50% do quantitativo total do objeto da contratação e experiência mínima de 12 meses de serviços de características semelhantes às do objeto desta licitação.

7.5.1.7. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante

7.5.1.7.1. Para fins de comprovação de que trata este subitem, as certidões ou os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

- a) Papel timbrado do emitente do comprovante de aptidão com identificação e assinatura do responsável (da empresa privada ou pública ou órgão emitente), além dos seguintes dados da empresa emitente: Razão Social, CNPJ e endereço;
- b) Dados do proponente que está classificado em primeiro lugar no processo licitatório: Razão Social e CNPJ;
- c) Descrição do item ofertado, compatível com o solicitado no Pregão Eletrônico/Termo de Referência;
- d) Quantidades, a duração e o período do contrato;
- e) Estar descrito o grau de satisfação de entrega do produto ou serviço.

7.6. Critérios de Avaliação Técnica

7.6.1. Observando o Art. 122 do RCC 3.0, o Parecer Técnico será realizado por empregados públicos, servidores efetivos cedidos ou em exercício no HU Brasil, e as propostas serão aprovadas ou reprovadas tecnicamente, durante a etapa de julgamento, minimamente de acordo com os seguintes parâmetros:

I - Verificação se o produto, especificações, apresentação, dentre outras informações técnicas do produto ofertado atende ao item licitado. A avaliação será realizada por meio do Catálogo Técnico dos produtos apresentado;

II - Análise Técnica do Certificado de Registro válido do produto ofertado, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, a fim de se atestar a veracidade, conformidade e atendimento a legislação vigente;

III - Análise Técnica de Declarações e Certificados de Dispensa, a fim de se atestar a veracidade, conformidade e atendimento a legislação vigente;

IV - Análise do Atestado de Capacidade Técnica;

V - Verificação de histórico de uso, por meio de execução dos Contratos já executados na Rede HU Brasil;

VI - Verificação de existência de histórico de notificações, alertas de restrição ou interdição na ANVISA;

VII - Verificação de existência de histórico de notificações internas na Rede HU Brasil por desvios de qualidade e/ou demais intercorrências;

VIII - Análise de Amostras.

7.7. Outras Exigências de habilitação

7.7.1. As condições de participação, de habilitação jurídica e de comprovação de regularidades fiscal, de seguridade social e trabalhista estão previstas no edital do certame.

7.8. As demais cláusulas específicas que irão regular a seleção de fornecedores constam no edital.

8. INDICAÇÃO DO SIGILO DO ORÇAMENTO E ESTIMATIVAS DE PREÇOS

8.1. Em conformidade com o art. 30 do RCC 3.0 do HU Brasil, os preços referenciais adotados para esta licitação são sigilosos, sendo tornados públicos apenas após a fase de lances das propostas, durante a etapa externa do certame.

8.2. O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

8.3. Registra-se que a estimativa de preços para esta contratação foi realizada no Processo SEI nº 23759.016314/2026-12, em que consta a memória de cálculo para a estimativa de toda demanda da contratação.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Número da Disponibilidade:167/2026

Fonte de Recurso: 1001A00AQX
PTRES: 234202
Plano de Trabalho: 10302511885850041
Plano Interno: UBM60000000
Natureza de Despesa: 33903035
Descrição Natureza de Despesa: MATERIAL LABORATORIAL
Processo Licitatório: 23759.007810/2026-77
Destino: UPDE
Tipo: GLOBAL
Modalidade: Pregão

Objeto: AQUISIÇÃO DE REAGENTES DA BACTERIOLOGIA, COM FORNECIMENTO CONTÍNUO E SOB DEMANDA, DESTINADOS À REALIZAÇÃO DE TESTES DE UROANÁLISE, COM A LOCAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS AUTOMATIZADOS (ANALISADORES), TOTALMENTE INTEGRADOS, SISTEMA DE INTERFACEAMENTO, SISTEMA DE CONTROLE DE QUALIDADE,

Grupo e Subgrupo PAAC/AOC 2026: 3. Materiais de Consumo-3.06 Materiais hospitalares

Número da Disponibilidade:168/2026

Fonte de Recurso: 1001A00AQX
PTRES: 234202
Plano de Trabalho: 10302511885850041
Plano Interno: UBM6F000000
Natureza de Despesa: 33903912
Descrição Natureza de Despesa: LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS
Processo Licitatório: 23759.007810/2026-77
Destino: UPDE
Tipo: GLOBAL
Modalidade: Pregão

Objeto: AQUISIÇÃO DE REAGENTES DA BACTERIOLOGIA, COM FORNECIMENTO CONTÍNUO E SOB DEMANDA, DESTINADOS À REALIZAÇÃO DE TESTES DE UROANÁLISE, COM A LOCAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS AUTOMATIZADOS (ANALISADORES), TOTALMENTE INTEGRADOS, SISTEMA DE INTERFACEAMENTO, SISTEMA DE CONTROLE DE QUALIDADE,

Grupo e Subgrupo PAAC/AOC 2026: 2. Prestação de Serviço-2.08 Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapia (Laborat, imagens e outros)

10. SUBCONTRATAÇÃO, CONSÓRCIOS E DEMAIS ALTERAÇÕES SUBJETIVAS

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

10.1.1. A vedação à subcontratação justifica-se pelas características do presente objeto, que exigem controle rigoroso dos processos, padronização e cumprimento de normas sanitárias específicas, com impacto direto na segurança dos pacientes. A execução direta pela contratada permite maior rastreabilidade, uniformidade na prestação dos serviços e eficiência na fiscalização contratual, reduzindo riscos de falhas, descontinuidade e não conformidades. Assim, a medida mostra-se adequada, necessária e proporcional diante da natureza crítica do objeto contratado.

10.2. Será admitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, com o objetivo de ampliar a competitividade e possibilitar a participação de empresas que, isoladamente, não possuam capacidade suficiente para o fornecimento integral do objeto.

10.3. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da contratação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa do HU Brasil à continuidade da contratação.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. Anexo I - Descrição Detalhada e Quantitativos do Objeto;

11.2. Anexo II - Análise de Riscos - Execução do Contrato;

11.3. Anexo III - Modelo de Proposta;

11.4. Anexo IV - Modelo de Ordem de Fornecimento;

11.5. Anexo V - Modelo de Recebimento Definitivo;

11.6. Anexo VI - Modelo de Termo de Comodato;

11.7. Anexo VII - MODELO DE DECLARAÇÃO FORMAL DE VISTORIA;

11.8. Anexo VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPENSA DE VISTORIA;

Equipe de Planejamento da Contratação

(assinado eletronicamente)

KATIA LOANA CAROLINO RODRIGUES

Coordenadora da Equipe de Planejamento da Contratação
Matrícula/SIAPE 2282***

(assinado eletronicamente)

ESTER MAYUMI NINOMIYA

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação
Matrícula/SIAPE 300****

(assinado eletronicamente)

FELIPE FORTINO VERDAN DA SILVA

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação
Matrícula/SIAPE 2259***

(assinado eletronicamente)

MILENA BALSANELLI PORTELLA

Enfermeira
Integrante Demandante da EPC
Matrícula/SIAPE 3003***

(assinado eletronicamente)

ANA LUIZA CAMPOS BUFFARA

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação/ETS
Matrícula/SIAPE 3282***

Designação da Equipe de Planejamento: Portaria-SEI nº 108 (Documento SEI 58371898), publicada no Boletim nº 520 (58421989) de 02 de março de 2026.

11.9. De acordo.

11.10. Encaminhe-se Gerência Administrativa para apreciação.

(Assinado eletronicamente)

Ingrid Scholz

Chefe do Setor de Abastecimento Farmacêutico e Suprimentos - SAFS
Complexo Hospital do Clínicas da UFPR/HU Brasil

11.11. De acordo.

11.12. A aquisição do material em tela se mostra adequada e atende aos objetivos da instituição.

- 11.13. Sendo assim, **aprovo** o Termo de Referência conforme seus próprios fundamentos.
- 11.14. Encaminhe-se à área de licitações para início da fase de Seleção de Fornecedor.

(assinado eletronicamente)
Simone Cristiane de Souza
Gerente Administrativa do Complexo Hospital de Clínicas da UFPR/HU Brasil

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA

O HU Brasil – Hospital Universitário COMPLEXO DO HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (HU-UFPR integrante da Rede HU Brasil), Unidade Gestora (UG) 155902.

Dados da Empresa
Razão Social: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Endereço: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CEP: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Correio Eletrônico: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Telefone: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Dados Bancários: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A presente proposta é baseada nas especificações, condições e prazos estabelecidos no Pregão Eletrônico nº XX/XXXX.

Declaramos que esta oferta tem **validade de 90 (noventa) dias**.

Os bens cotados nesta proposta dispõem das seguintes características:

Item	Descrição (conforme DCB)	Unidade de Medida	Qtde.	Marca e Fabricante	Quantidade Embalagem	Registro na Anvisa	Valor unit.	Valor total
XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX
XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX
XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX

Declaro que os itens acondicionados em blister, são fracionáveis, e possuem distanciamento mínimo de 2mm de solda entre as unidades.

Declaro ter tomado pleno conhecimento do Edital, do Termo de Referência e dos demais documentos integrantes da presente licitação estando ciente das obrigações das partes e das condições de prestação dos serviços.

Declaro que os preços ofertados contemplam todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos fiscais e trabalhistas, embalagem, seguro, lucro, transporte (carga e descarga), mão de obra e demais custos e despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto, bem como o do envio das documentações referentes à habilitação e apresentação de propostas, que a empresa possui capacidade técnico-operacional adequada e que os preços são exequíveis.

Anexo à Proposta: Catálogo Técnico dos produtos, contendo imagens referenciais, descritivo detalhado e especificações técnicas.

(Assinado eletronicamente)
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Cargo / Função: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal
(local e data)

INSTRUÇÕES:

- a) A descrição e a disposição de itens da proposta de preços devem obedecer ao padrão proposto.
- b) Os valores correspondentes a cada item devem ser informados em separado, considerando seus preços unitários e totais (por item).

ANEXO IV - MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA SAÚDE - XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1. IDENTIFICAÇÃO

Pregão Eletrônico nº	XX/202X
Contrato nº	XX/202X
Unidade Solicitante	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX - UASG XXXXXX
Nota de Empenho nº	202XNEXXXXXXX
Solicitação de Compra nº	XXXXXXXXXX

Contratada	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
------------	-------------------------------

CNPJ	XX
Endereço	XX
Endereço Eletrônico	XX

2. ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS

Item	Descrição	Apresentação	Marca	Catmat	Cod HU Brasil	Cod. AGHU	Qtde.	Valor unit.	Valor total
XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX						XXXXXX	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX
XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX						XXXXXX	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX
XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX						XXXXXX	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX

3. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

Prazo para entrega	10 (dez) dias corridos, conforme estabelecido no Termo de Referência.
Data prevista para entrega	XX/XX/202X
Condições para entrega	Conforme estabelecido no Termo de Referência.
Local de entrega	Doca de Recebimento de Materiais do Almoxarifado, Rua Padre Camargo, s/n, fundos do Hospital (em frente ao nº 453) - Alto da Glória, Curitiba/PR, CEP 80060-240.
Horário de entrega	Das 08:00 às 17:00 horas, de segunda à sexta-feira, em dias úteis.
Contato para entrega	+55 (41) 3360-1096 / +55 (41) 3360-1097/ +55 (41) 3360-6687

4. INSTRUÇÕES COMPLEMENTARES

Programação de Entrega:	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Demais observações Relevantes:	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Aplicação de Penalidades :	Conforme estabelecido no Edital, seus anexos e Contrato.

(assinado eletronicamente)
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Equipe de Fiscalização do Contrato
Portaria de Designação nº XX/202X

ANEXO V - MODELO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO
AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA SAÚDE - XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1. IDENTIFICAÇÃO

Pregão Eletrônico nº	XX/202X
Contrato nº	XX/202X
Unidade Contratante	XX - UASG XXXXXX
Nota de Empenho nº	202XNEXXXXXXXX

Contratada	XX
CNPJ	XX
Endereço	XX
Endereço Eletrônico	XX

2. DADOS DA ORDEM DE FORNECIMENTO

Ordem de Fornecimento nº	XX/202X
Valor total	R\$ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Remessa referente aos itens entregues	1ª / 2ª / 3ª

Valor da remessa	R\$ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Data prevista para entrega dessa remessa	XX/XX/202X

3. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

Nota Fiscal nº	XXXX
Data de recebimento dos materiais	XX/XX/202X
Data do Termo de Recebimento Provisório	XX/XX/202X

Manifestação da Equipe de Fiscalização do Contrato	
<input type="checkbox"/> Cumprimento integral das obrigações	<input type="checkbox"/> Cumprimento parcial das obrigações
Observações:	Observações (obrigatório):
A validade de todos os insumos entregues está de acordo com o previsto no Termo de Referência?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não (implica em não recebimento dos itens com validade incorreta ou solicitação de Carta de Compromisso de Troca)
Houve atraso injustificado na entrega dos insumos?	<input type="checkbox"/> Sim (XX dias de atraso, resultando em aplicação de multa) <input type="checkbox"/> Não (pagamento integral)
Valor devido antes do ajuste no pagamento (referente os itens efetivamente entregues, cumprindo os requisitos do Termo de Referência, com base na Ordem de Fornecimento)	R\$ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Valor da Multa Aplicada	R\$ XXXXXXXXXX
Valor devido à empresa contratada (valor devido deduzido da multa)	R\$ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Atesto o recebimento definitivo do objeto, nos termos indicados acima, após verificada a sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

(assinado eletronicamente)
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Equipe de Fiscalização do Contrato
Portaria de Designação nº XX/202X



Documento assinado eletronicamente por **Katia Loana Carolino Rodrigues, Analista Administrativo**, em 26/05/2026, às 14:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ester Mayumi Ninomiya, Biólogo(a)**, em 26/05/2026, às 14:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANA LUIZA CAMPOS BUFFARA, Chefe de Unidade**, em 27/05/2026, às 08:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Fortino Verdan Da Silva, Biomédico(a)**, em 27/05/2026, às 08:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ingrid Scholz, Chefe de Setor**, em 27/05/2026, às 08:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Simone Cristiane De Souza, Gerente**, em 27/05/2026, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Milena Balsanelli Portella, Chefe de Unidade**, em 27/05/2026, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

